

**UFFRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO**

**DISSERTAÇÃO**

**Os desafios na formação de estudantes trabalhadores da Baixada  
Fluminense no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto  
Multidisciplinar/UFRRJ.**

**RENAN DA SILVA MENDES**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO**

**Os desafios na formação de estudantes trabalhadores da Baixada  
Fluminense no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto  
Multidisciplinar/UFRRJ**

**RENAN DA SILVA MENDES**

*Sob a orientação do Professor Dr.*

***Guilherme da Silva Ribeiro***

Dissertação submetida ao Programa de pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para obtenção do Título de **Mestre em Geografia**, Área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Seropédica, RJ  
Agosto de 2024

**Ficha Catalográfica:**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538d      Mendes, Renan da Silva , 1997-  
Os desafios na formação de estudantes trabalhadores  
da Baixada Fluminense no curso de Licenciatura em  
Geografia do Instituto Multidisciplinar/UFRRJ / Renan  
da Silva Mendes. - São João de Meriti - RJ , 2024.  
89 f.: il.

Orientador: Guilherme da Silva Ribeiro.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA - PPGGEO, 2024.

1. Formação de Estudantes-trabalhadores. 2.  
Educação. 3. Trabalho . 4. Sujeito Periférico . 5.  
Baixada Fluminense. I. Ribeiro, Guilherme da Silva ,  
1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -  
PPGGEO III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 65/2024 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.039653/2024-97

Seropédica-RJ, 05 de agosto de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENAN DA SILVA MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/07/2024.

Identificar membros da banca:

Guilherme da Silva Ribeiro. Doutor com Pós-Doutorado. UFRRJ.

(Orientador, presidente da banca)

André Santos da Rocha. Doutor com Pós-Doutorado. UFRRJ.

(membro da banca)

Luciano Ximenes Aragão. Doutor. UERJ.

(membro da banca)

*(Assinado digitalmente em 06/08/2024 10:12)*  
ANDRÉ SANTOS DA ROCHA  
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO  
PPGGEO (12.28.01.00.00.35)  
Matricula: ###326#9

*(Assinado digitalmente em 05/08/2024 11:30)*  
GUILHERME DA SILVA RIBEIRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIA (11.39.39)  
Matricula: ###723#0

*(Assinado digitalmente em 30/08/2024 20:40)*  
LUCIANO XIMENES ARAGAO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.157-##

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos estudantes-trabalhadores do curso de Licenciatura plena em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a todos os estudantes-trabalhadores Baixada Fluminense.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de iniciar agradecendo à minha mãe, Luziete, pelos incentivos constantes e por toda a ajuda incondicional que sempre me ofereceu, sem a qual este trabalho não teria sido possível. À minha noiva, Maria Eduarda, por seu amor, companheirismo, ajuda e incentivo ao longo de toda esta jornada, sempre me proporcionando forças para continuar.

Aos meus amigos e familiares, cujo apoio e encorajamento foram imprescindíveis em momentos de desafio. Em especial, faço uma menção ao meu pai, que já faleceu, mas cujo legado e ensinamentos permanecem comigo e me inspiraram a perseverar.

E, finalmente, aos entrevistados, que são os estudantes-trabalhadores como eu, e a todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram e contribuíram para a realização desta pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar meu amigo e camarada desde a graduação, pós-graduação e agora durante o mestrado, Flávio Júlio Felix da Silva. Agradeço ao Flávio por todas as trocas e conversas, e por todo o incentivo durante a elaboração deste trabalho.

Ademais, agradeço também aos meus colegas de curso pelas trocas enriquecedoras durante cada disciplina, bem como aos docentes do PPGGEO e aos entrevistados, que são os estudantes-trabalhadores como eu, cujas jornadas foram minha fonte de inspiração para a realização deste trabalho.

Agradeço ainda ao meu amigo e antigo orientador de graduação, professor Francisco Chagas do Nascimento Junior, por ter aberto suas aulas para meu espaço de pesquisa e troca com os discentes.

Por fim, gostaria de externar meus profundos agradecimentos ao meu orientador nesta caminhada, Professor Guilherme da Silva Ribeiro. São incontáveis as vezes que suas orientações, trocas e aconselhamentos me ajudaram na construção desta pesquisa e serenaram minhas inquietações. Além disso, agradeço também por toda a compreensão, direcionamento e apoio durante este trajeto, visto que sem a sua colaboração não seria possível chegar até aqui.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois “o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001” e “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.”

*“NÃO SE PODE CRIAR EXPERIÊNCIA. É  
PRECISO PASSAR POR ELA.”  
(ALBERT CAMUS)*

## RESUMO

MENDES, R. S. **Os desafios na formação de estudantes trabalhadores da Baixada Fluminense no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar/UFRRJ.** 2024. 89 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

Esta dissertação visa destacar os principais desafios encontrados na formação de estudantes trabalhadores da Baixada Fluminense no curso de Licenciatura Plena em Geografia do Instituto Multidisciplinar/UFRRJ. Assim, destacando a importância da educação como caminho emancipador e autônomo para a vida desses alunos, além de analisar as políticas institucionais de auxílio e permanência. A metodologia adotada é exploratória e qualitativa, com foco em compreender as experiências e percepções dos estudantes-trabalhadores, abordando temas como Educação, Trabalho e Processo Formativo. A pesquisa visa propor medidas e políticas que melhorem as condições de estudo e trabalho desses alunos, contribuindo para a redução da evasão e o aumento da qualidade da formação acadêmica na Baixada Fluminense. Como resultado foi possível obter e elencar alguns dos principais desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores do curso de Licenciatura Plena em Geografia para concluir a graduação e pensar em possibilidades para ajudar e estes discentes a permanecerem e concluir seus cursos e futuramente outros estudantes.

**Palavras-chave:** Educação, trabalho, qualificação, sujeito-periférico, formação.



## **ABSTRACT**

**MENDES, R. S. The challenges in the education of working students from Baixada Fluminense in the Geography Bachelor's Degree program at the Multidisciplinary Institute/UFRRJ.** 2024. 89 p. Dissertation (Master's in Geography). Institute of Geosciences / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

This dissertation aims to highlight the main challenges encountered by working students from the Baixada Fluminense region enrolled in the Bachelor's Degree in Geography at the Multidisciplinary Institute/UFRRJ. It underscores the importance of education as a path to emancipation and autonomy for these students, while also analyzing institutional policies for support and retention. The adopted methodology is exploratory and qualitative, focusing on understanding the experiences and perceptions of working students, addressing themes such as Education, Work, and the Formative Process. The research aims to propose measures and policies to improve the study and work conditions of these students, contributing to the reduction of dropout rates and the enhancement of academic training quality in the Baixada Fluminense region. As a result, it was possible to identify and list some of the main challenges faced by working students in the Bachelor's Degree in Geography program, as well as to explore possibilities for assisting these students in remaining in and completing their courses, thereby helping future students as well.

**Keywords:** Education, work, qualification, peripheral subject, training.

### **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS:**

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IM/UFRRJ	Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ
PROAES	Programa e ações de assistências estudantil
PET	Programa de Educação Tutorial
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região metropolitana do Rio de Janeiro
R.U.	Restaurante Universitário
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## **LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1: Mapa da média da Região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 2: Mapa dos indicadores de abandono escola na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 3: Mapa da Baixada Fluminense.

Figura 4: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 5: Manchete de reportagem disponível no Site do IBGE sobre Indicadores Sociais.

Figura 6: Estrutura curricular do curso de licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ (Parte 1). Fonte: Projeto Pedagógico de Curso.

Figura 7: Estrutura curricular do curso de licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ (Parte 2). Fonte: Projeto Pedagógico de Curso.

Figura 8: Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, por principal motivo para não estudar ou se qualificar (%) - Com ensino médio completo até superior incompleto.

### **LISTA DE TABELAS:**

Tabela 1 - Orçamentos da UFRRJ 2002-2009.

Tabela 2- Objetivos do PNAES.

Tabela 3 – Ações de assistência estudantil do PNAES.

Tabela 4 – Programas de assistência estudantil da UFRRJ.

Tabela 5 – Auxílios ofertados pela universidade e outras instituições na UFRRJ.

### **LISTA DE GRÁFICOS:**

Gráfico 1 - Indicadores de desistência, conclusão e permanência nos cursos de licenciatura do Brasil de 2013-2022.

Gráfico 2 - Concordância dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 - Período de Graduação dos entrevistados.

Gráfico 4 - Principais desafios dos estudantes-trabalhadores no Curso de Licenciatura Plena em Geografia.

Gráfico 5 - Local de residência dos entrevistados

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
Importância da pesquisa	01
Objetivos	02
Metodologia	02
Organização do Trabalho	03
 <b>Capítulo I – Caminhos da educação, do trabalho e da emancipação do trabalhador.</b>	 <b>05</b>
1.1 – O caminhar histórico da educação na qualificação para o trabalho.	08
1.2 – As relações entre educação e o trabalho.	11
1.3 – Será a formação o caminho para a emancipação desses estudantes trabalhadores?	13
1.4 - A realidade das políticas institucionais de assistência estudantil e permanência na universidade.	17
 <b>Capítulo II – Os desafios e dificuldades de discente e egressos trabalhadores no curso de licenciatura em Geografia IM/UFRRJ.</b>	 <b>23</b>
2.1 – Os componentes curriculares do curso e as dificuldades enfrentadas para superá-los.	23
2.2 – A dicotomia entre a realidade dos estudantes e das estudantes do curso de graduação.	27
2.3 – Os obstáculos para permanência e conclusão do curso.	29
2.4 – A educação superior e o impacto no desenvolvimento profissional desses estudantes-trabalhadores.	32
 <b>Capítulo III – Uma análise reflexiva sobre os dados obtidos.</b>	 <b>35</b>
3.1 - Delimitação da pesquisa.	35
3.2 – Estratégia de tratamento de dados.	36
3.3 – A pesquisa com estudantes trabalhadores: olhares, análises e reflexões.	36
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	 <b>53</b>
 <b>REFERÊNCIAS</b>	 <b>56</b>
 <b>APÊNDICE</b>	 <b>62</b>
Apêndice A: Questionário	62
Apêndice B: Relatório de Resposta dos entrevistados	68
 <b>ANEXO</b>	 <b>71</b>
Anexo A - <u>DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.</u>	71
Anexo B - <u>DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.</u>	73
Anexo C - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI	75

## INTRODUÇÃO

Esta é uma dissertação que foi construída por um estudante forjado e formado em universidades federais da Baixada Fluminense, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO). É importante destacar que este programa é totalmente desenvolvido em uma universidade federal localizada na Baixada Fluminense. Portanto, é essencial esclarecer que o Instituto Multidisciplinar/UFRRJ em Nova Iguaçu é um campus decorrente de um programa de expansão do ensino superior que alcançou a Baixada Fluminense, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>1</sup>. Este programa buscou consolidar a meta de aumentar o acesso e a continuidade como política governamental, composto por um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento do ensino superior público, estimulando a ampliação da infraestrutura da rede federal de ensino superior.

Enquanto egresso do curso de graduação em licenciatura plena em Geografia desta mesma instituição federal de ensino, percorri um caminho formativo que pode ser entendido como o de um estudante-trabalhador, no qual durante todo o processo de formação foi necessário desempenhar atividades laborais para prosseguir como estudante. A partir disso, esta pesquisa começa a tomar forma e surge o seguinte questionamento em minha mente: "no que diz respeito à educação, trabalho e processo formativo, quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação?".

Diante desse fato e da necessidade de compreender o histórico desses alunos e do processo formativo; conceituar educação e trabalho; mostrar os diferentes tipos de atividades realizadas por esses estudantes e caracterizá-las; mostrar a importância da educação como caminho emancipador e autônomo para suas vidas; listar as dificuldades; trazer os diferentes perfis desses alunos e alunas que trabalham e as dificuldades para que permaneçam na universidade.

Assim, a busca pela resposta a essa pergunta, no que diz respeito à educação, trabalho e processo formativo, quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação?; caminha para ser respondida pelos pontos apresentados, além disso, a compreensão de um aluno trabalhador está alinhada aos novos estudantes de classes geralmente menos abastadas que cada vez mais chegam à universidade e se deparam com esta realidade.

### **A IMPORTÂNCIA DE PESQUISA.**

A realização desta pesquisa é de suma importância, pois visa a compreensão e o aprofundamento sobre os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia, especialmente na Baixada Fluminense. Estes estudantes enfrentam uma realidade complexa, na qual precisam conciliar os estudos com o trabalho, muitas vezes em condições desafiadoras, o que pode impactar diretamente em sua permanência e conclusão da graduação.

Ao compreender os principais desafios enfrentados por esses estudantes, será possível propor medidas e políticas que visem a melhoria das condições de estudo e trabalho, contribuindo para a redução da evasão e para o aumento da qualidade da formação acadêmica desses alunos. Além disso, a pesquisa poderá fornecer subsídios para a elaboração de programas de apoio e incentivo específicos para esse público, promovendo assim a inclusão e a igualdade de oportunidades no ensino superior.

Portanto, a pesquisa não apenas contribuirá para o avanço do conhecimento acadêmico na área de educação e trabalho, mas também terá um impacto social significativo, ao propor

---

<sup>1</sup> Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (ANEXO 1) . Decreto que tratou acerca da instituição do REUNI.

soluções que possam melhorar a vida e o futuro acadêmico dos estudantes trabalhadores da Baixada Fluminense. Cabe ainda destacar, que a construção e efetivação deste trabalho de pesquisa enfrenta inúmeras adversidades, sendo a principal deles um período de pandemia mundial do Covid-19<sup>2</sup> que diretamente teve impacto com as inúmeras restrições as quais nos defrontamos.

## **OBJETIVOS**

Diante desse contexto, a pesquisa tem como objetivo principal compreender os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores ao longo de sua formação no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Para alcançar esse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Fundamentar uma discussão teórico-conceitual sobre educação e trabalho, demonstrando como essa articulação pode ser um caminho de qualificação para o aluno e a aluna que trabalham ascender socialmente.
2. Examinar a formação e as necessidades de um aluno trabalhador durante seu processo formativo.
3. Analisar as políticas institucionais de auxílio e permanência dos jovens na graduação, destacando sua eficácia e identificando possíveis lacunas.
4. Identificar e analisar os diferentes perfis de alunos trabalhadores, elencando as dificuldades enfrentadas por eles durante seu processo de formação e suas dificuldades de permanência na universidade, bem como investigar os obstáculos enfrentados pelos estudantes durante seu período formativo, buscando compreender os impactos desses desafios em sua trajetória acadêmica.

## **METODOLOGIA**

No campo metodológico, esta dissertação adota a pesquisa exploratória e qualitativa. Na fase exploratória, o levantamento bibliográfico e documental se mostra fundamental para uma análise mais apurada do ponto de vista conceitual, teórico, histórico e socioeconômico do objeto. Para isso, serão utilizados os seguintes métodos:

- Em termos teórico-metodológicos, será realizada uma revisão bibliográfica visando discutir a relação entre educação superior e trabalho.
- Levantamento e sistematização de mapas, gráficos e tabelas estáticas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Ministério da Educação (MEC).

Na fase qualitativa, a pesquisa seguiu com a execução de trabalhos de campo, que tiveram como procedimentos os seguintes itens:

- Realização de entrevistas semiestruturadas com os discentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Os procedimentos investigativos, como entrevistas semiestruturadas, serão realizados com oito estudantes, sendo eles alunos como matrícula ativa, egressos e estudantes que evadiram do curso. É indispensável ressaltar que o foco desta dissertação é reforçar a

---

<sup>2</sup> **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em < <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> > Acesso em: 20 mar. 2024. Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia de COVID-19 é causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e teve início em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Caracterizada por sua rápida disseminação global, a doença resultou em milhões de casos e mortes, além de impactos significativos na saúde, economia e sociedade. As medidas de saúde pública, como distanciamento social, uso de máscaras e vacinação em massa, têm sido fundamentais no combate à pandemia. No entanto, desafios persistentes, como variantes do vírus e desigualdades na distribuição de vacinas, destacam a necessidade de uma resposta coordenada e global.



abordagem qualitativa da pesquisa, portanto, um grande número de entrevistados não seria capaz de representar completamente a realidade e o universo dos estudantes.

- A partir das pesquisas e procedimentos realizados na fase anterior, serão elaborados gráficos estatísticos e tabelas a partir das respostas das entrevistas, contribuindo para a estruturação da análise da dissertação e possibilitando a visualização do sujeito da Baixada Fluminense.

A escolha da abordagem qualitativa nesta pesquisa se justifica pela sua capacidade de explorar em profundidade as experiências e percepções dos estudantes trabalhadores, permitindo uma análise mais rica e detalhada dos desafios enfrentados por esse grupo específico. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para investigar fenômenos complexos e pouco compreendidos, como é o caso da relação entre educação superior e trabalho na Baixada Fluminense.

Não obstante como forma de consolidar ainda mais o caminho teórico-metodológico desta pesquisa é indispensável salientar que de acordo com Minayo (2008)<sup>3</sup>, entendemos metodologia como:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. [...]. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. (MINAYO, 2008, p. 14-15 apud SOUZA. 2016, p. 55)

Portanto, ao considerar as especificidades do público-alvo da pesquisa, aliadas à natureza qualitativa deste estudo, e ainda respaldando-me em Minayo (2008):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2008, p. 21 apud SOUZA. 2016, p. 55).

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa está organizada de modo que os capítulos indiquem os caminhos percorridos na construção do trabalho, trazendo luz sobre as especificidades e características do público-alvo, de modo a responder às indagações que levaram à realização deste estudo.

Na primeira parte, o estudo busca delinear o contexto educacional, apresentando um panorama histórico que evidencia a educação como um meio de qualificação para que o aluno trabalhador possa progredir. Este capítulo também se dedica à definição dos conceitos centrais de educação e trabalho, destacando suas inter-relações e caracteriza o lócus dessa pesquisa. Ademais, ele se destaca por revelar a realidade e as necessidades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores durante sua formação, além de contribuir para os debates sobre as políticas institucionais de apoio e permanência dos jovens na graduação.

---

<sup>3</sup> MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – É importante ressaltar que este conceito foi utilizado a partir da abordagem e da observação disponível em Souza (2016 p. 55), onde temos foco sobre a caracterização da pesquisas de metodologia qualitativas.

Na segunda parte, o foco se volta para os desafios enfrentados pelos acadêmicos para completar os componentes curriculares do curso. Além disso, são expostas as diferenças de realidade entre estudantes homens e mulheres, bem como os obstáculos que enfrentam para permanecer e concluir essa etapa formativa. Neste bloco, também será discutido o impacto que a formação acadêmica de nível superior tem no desenvolvimento profissional desses alunos.

Por fim, no terceiro bloco, a pesquisa se concentra na análise qualitativa, buscando contribuir com os dados e informações obtidos abordando as vulnerabilidades socioeconômicas dos alunos, destacando as dificuldades enfrentadas por eles. Além disso, são apresentados exemplos do trabalho como meio de subsistência, sua caracterização e descrição de situações reais.

## CAPÍTULO I - Caminhos da Educação, do Trabalho e da Emancipação do Trabalhador.

Historicamente, o contexto educacional brasileiro é composto por inúmeras variáveis e marcado por distintas formas de desigualdade, muitos desses processos foram se intensificando à medida que fenômenos urbanos foram ocorrendo, como o processo constante de gentrificação aos quais se encontram submetidos os locais de centralidade. Aliado a isso, o crescente processo de periferização e favelização que atuam nos grandes centros metropolitanos do país, são agentes da marginalização de muitos sujeitos.

Nessas metrópoles, a falta de ações integradoras do Estado, os grandes e graves problemas estruturais, somados a uma renda<sup>4</sup> menor e baixos indicadores de escolaridade, que podem ser justificados pelos altos índices de abandono escolar<sup>5</sup>, tornam os sujeitos ainda mais vulneráveis. A Baixada Fluminense<sup>6</sup>, inserida dentro da Região Metropolitana<sup>7</sup> do Rio de Janeiro<sup>8</sup> (RMRJ), é compreendida como uma dessas áreas vulneráveis e seus habitantes como sujeitos em igual situação.

---

<sup>4</sup> Ver figura 1: mapa da Renda média da Região metropolitana do Rio de Janeiro. (2023)

<sup>5</sup> Ver figura 2: mapa dos indicadores de abandono escola na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (2023)

<sup>6</sup> Ver figura 3: mapa da Baixada Fluminense. Cabe ressaltar que a Baixada Fluminense, apesar de assim caracterizada, está contida dentro da RMRJ.

<sup>7</sup> SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Região Metropolitana e seu regime constitucional**. São Paulo, Editora Verbatim, 2009. A partir disso podemos conceituar Região Metropolitana como: trata-se a Região Metropolitana, portanto e à luz de todo o expendido, de ente administrativo estadual da administração direta ou indireta, sob regime de Direito Público, instituída por faculdade discricionária do legislador complementar estadual por conta do permissivo constitucional do §3º do artigo 25 de nossa Carta Magna, em áreas de conurbação de três ou mais Municípios em que haja a necessidade de realização de serviços e atividades comuns de caráter regional, no interior dos limites da competência constitucional do Estado-membro e em seu nome e sob sua responsabilidade realizados por gestão compartilhada com os Municípios integrantes, nos limites e organização estipulados na lei instituidora, sem interferência na autonomia municipal. (Serrano, 2009, 190).

MENCIO, M.; ZIONI, S. **A caracterização das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas pelo IBGE: limites e avanços do Estatuto da Metrôpole**. Anais do XVII Enanpur. São Paulo: ANPUR, 2017.

Entretanto, Mencion e Zioni (2017, p. 5) trazem a seguinte contribuição, com a edição do Estatuto da Metrôpole, o termo conurbação deixou de ser utilizado nas definições de regiões metropolitanas. A expressão foi substituída por aglomeração urbana que configure metrôpole (artigo 2º, I, V, VI e parágrafo único do Estatuto da Metrôpole). Assim, a essência do conceito passou a levar em conta a existência de unidade territorial constituída por no mínimo dois municípios limítrofes, caracterizada por complementariedade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas, que apresenta destacada influência nacional ou regional, conforme critérios adotados pelo IBGE. Sendo assim, em razão desta modificação legislativa optaremos pelo uso do termo metropolização para qualificar a expressão que caracteriza as relações estabelecidas entre as cidades que eventualmente conformam regiões metropolitanas. Ressaltamos a eventualidade da conformação de Região Metropolitana, visto ser importante distinguir o que entendemos como um processo socioespacial de um processo político-administrativo que resulta na criação de região metropolitana. Condiçionados por aspectos econômicos, sociais e urbanos, por fluxos e inter-relações entre núcleos, cidades e aglomerados, distintos processos de metropolização poderão ser caracterizados, implicando ou não a criação de regiões metropolitanas.

<sup>8</sup> Ver figura 4: mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

## Renda média da RMRJ

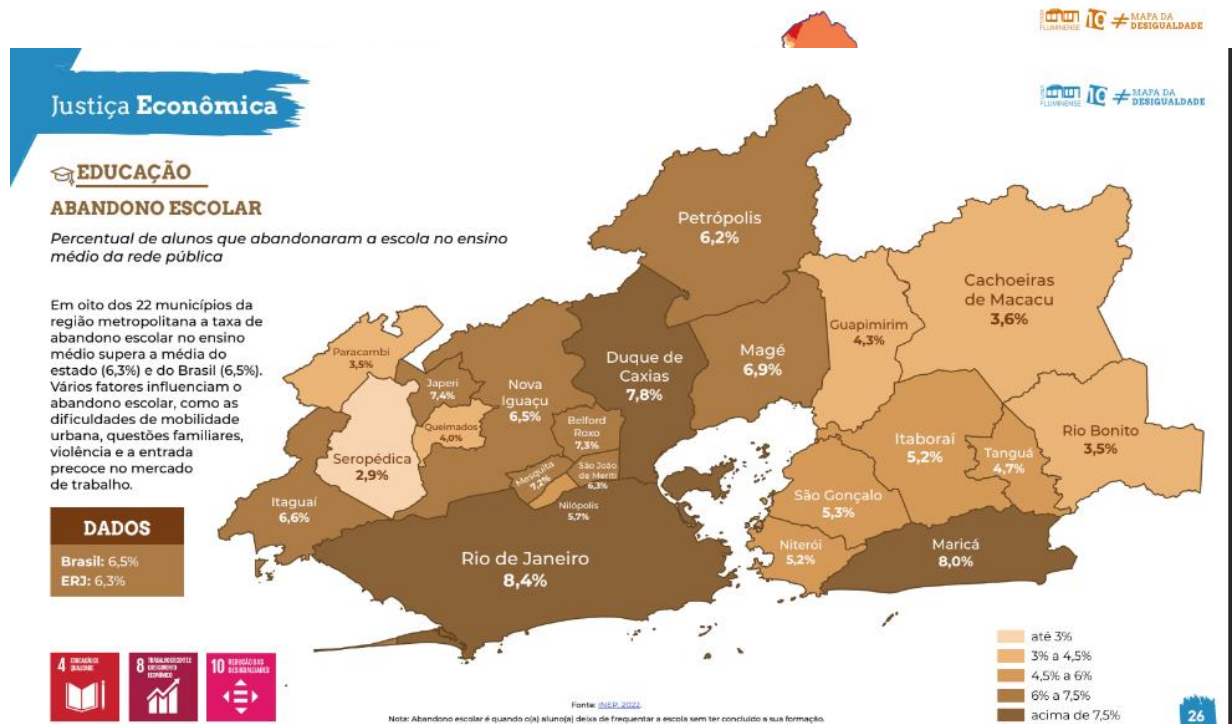


Figura 2- fonte: [casafuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/](http://casafuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/)

## Indicadores de abandono escolar na RMRJ

### Mapa da Baixada Fluminense



## Baixada Fluminense - RJ

Figura 3- fonte: <https://diariodorio.com/marroni-alves-fala-sobre-o-dia-da-baixada-fluminense/>

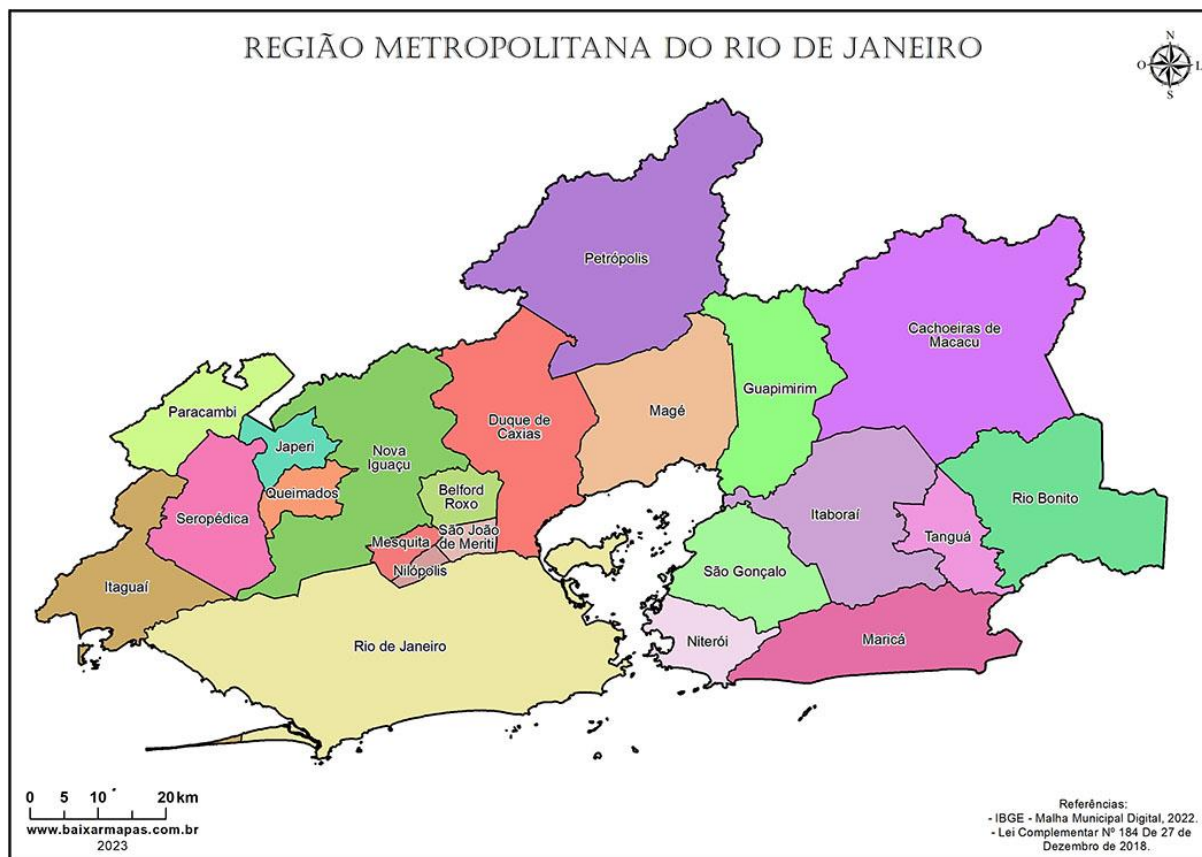


Figura 4- fonte: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>

Não se pode caracterizar os estudantes trabalhadores da Baixada Fluminense sem antes caracterizá-la. Assim, no estabelecimento de uma relação centro-periferia, os estudantes do local constroem a possibilidade de caminhos da educação e do trabalho para sua emancipação enquanto trabalhador. Para tal, de acordo com Simões (2007)<sup>9</sup>, o povoamento e o desenvolvimento desta área foram impulsionados pela proximidade, por mais de duzentos anos, da então capital do país, e hoje o Município do Rio de Janeiro.

A Baixada é conhecida por ser uma área planificada que fica entre as serras e a Baía de Guanabara e que, segundo Silva (2013), constituiu-se enquanto periferia, como solução de moradia para as classes mais baixas. Também se apresenta como local para expansão de programas de ensino superior como o REUNI.

Assim, a educação e o trabalho quase sempre se encontram associados na história da construção dos sujeitos, aqui os estudantes trabalhadores, e suas particularidades que se formam desde os âmbitos escolares e se apresentam como caminho, como traz Saviani (1994):

[...] a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do

<sup>9</sup> SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2007. **Síntese de indicadores sociais em 2019**. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-manem-em-6-5-da-populacao>> Acesso em 20 de mar. De 2023.

conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (SAVIANI, 1994, p. 162 Apud SAVIANI 2007, p. 157).

Retomando a história, com o avançar dos anos no mundo contemporâneo, principalmente após as revoluções industriais, onde ocorreu o avanço das técnicas e tecnologias, o trabalhador teve que buscar cada vez mais a chamada qualificação para o trabalho, visto que é notório o crescimento de postos de trabalho modernizados e mecanizados.

Assim, seja no trabalho braçal ou intelectual, com os ditos avanços da humanidade em relação à tecnologia e à implementação cada vez maior da mesma no mundo do trabalho, fica nítido que os trabalhadores têm estabelecido cada vez mais uma relação direta entre educação e trabalho. Essa relação entre educação e trabalho se enxerga cada vez mais como uma consequência da alta especialização que o trabalho contemporâneo vem exigindo.

Desta maneira, caminhamos para uma colocação feita por Freire (1987), "Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo." Concebem a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como "corpos conscientes".

Logo, seja na relação entre educação e trabalho contemporâneo ou clássica, os homens sempre aparecem inseridos na mesma como espectadores e não como recriadores de suas próprias histórias, visto que buscam se qualificar como maneira de ascensão no mundo do trabalho. O caminhar do processo educacional se apresenta em suas mais distintas fases, muitas vezes, como caminho para ascensão no mundo do trabalho. Portanto, como nos traz Saviani (2007):

[...] finalmente, à educação superior cabe a tarefa de organizar a cultura superior como forma de possibilitar que participem plenamente da vida cultural, em sua manifestação mais elaborada, todos os membros da sociedade, independentemente do tipo de atividade profissional a que se dediquem.

Assim, além do ensino superior destinado a formar profissionais de nível universitário (a imensa gama de profissionais liberais e de cientistas e tecnólogos de diferentes matizes), formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo. Terminada a formação comum propiciada pela educação básica, os jovens têm diante de si dois caminhos: a vinculação permanente ao processo produtivo, por meio da ocupação profissional, ou a especialização universitária. (SAVIANI, 2007, p. 161)

É fundamental considerar que, ao falarmos dos estudantes trabalhadores do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), instituição localizada na Baixada Fluminense, devemos entender que grande parte deles acessou o ensino superior como forma de ascensão no mundo do trabalho. É importante ressaltar que a lógica da educação como qualificação para o trabalho também imperou nesse espaço.

Para muitos desses universitários, o trabalho se apresenta como uma questão de sobrevivência. Esse trabalho está inserido em um modelo de produção capitalista, no qual a lógica do lucro e da exploração se manifesta de modo impetuoso, afetando distintos segmentos da sociedade. Conforme observado por Marx (2015), esses estudantes fazem parte de uma sociedade estratificada em classes, sendo classificados como proletários. Portanto, muitas vezes, seguem o modelo educacional criado e consolidado com base no ideal burguês.

### **1.1 O caminhar histórico da educação na qualificação para o trabalho.**

Apoiando-se em Manacorda (2006), é possível destacar o processo histórico da educação desde a antiguidade até os dias atuais, evidenciando que a antiga instituição escolar reproduz episódios históricos e reconstitui o percurso humano em direção à efetivação de uma

educação libertadora. Isso evidencia um embate entre os detentores da cultura dos bens e dos meios de produção contra aqueles que apenas produzem.

Assim, nota-se que o percurso histórico do processo educacional brasileiro parece beber na mesma fonte, uma vez que o Brasil se envolve diretamente no modelo de divisão internacional do trabalho desde sua fase inicial, quando ainda era uma colônia, e desde então o trabalho vem se transformando.

À medida que o mundo do trabalho passa por transformações em seu âmago, exige-se dos trabalhadores novas competências e habilidades. Logo, a educação assume o papel de efetivar a cidadania para o trabalhador.

Para compreender o processo histórico do desenvolvimento da educação visando qualificar os sujeitos para o mundo do trabalho, é fundamental entender quais são esses sujeitos e suas relações enquanto trabalhadores e periféricos. Segundo D'Andrea (2013)<sup>10</sup>, as ascensões sociais nos ambientes periféricos estão todas ligadas ao trabalho, seja ele formal ou informal, sendo crucial na constituição dos projetos de vida existentes nesses locais. Assim, os horizontes dos caminhos que a educação percorre e suas relações com o trabalho formam sujeitos únicos cuja condição de existência está atrelada à formação profissional associada ao ser um trabalhador ou uma trabalhadora.

Logo, a educação que é trazida por Gadotti (2005), como:

um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. Por isso, o **direito à educação** é reconhecido e consagrado na legislação de praticamente todos os países e, particularmente, pela **Convenção dos Direitos da Infância** das Nações Unidas (particularmente os artigos 28 e 29). Um outro exemplo é o **Estatuto da Criança e do Adolescente** do Brasil. Negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática. (GADOTTI, 2005, p. 1)

Esta é a educação, um direito fundamental dos sujeitos reconhecido internacionalmente. No Brasil, traçou-se um caminho singular, fazendo um recorte temporal a partir da década de 1970, quando um período de crise do sistema capitalista trouxe à luz as teorias neoliberais e mercadológicas no âmbito educacional. Influenciadas por contextos políticos, sociais e econômicos, durante a ditadura militar (1964-1985), houve um movimento de expansão da educação básica, com a universalização do ensino fundamental e a criação de políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1996, que posteriormente foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)<sup>11</sup> em 2007. No entanto, essa expansão não foi acompanhada por melhorias na qualidade da educação, e críticos apontam que o modelo liberal de formação de sujeitos, centrado em uma visão tecnicista e utilitarista do ensino, contribuiu para a reprodução de

<sup>10</sup> D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso em: 2023-08-24. Aqui, D'Andrea caracteriza os sujeitos trabalhadores a partir de uma visão de periférico. Logo, foi importante tal caracterização, por uma grande parcela dos estudantes trabalhadores são sujeitos periféricos.

<sup>11</sup> **Decreto presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007** - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 5.

desigualdades sociais e para a falta de preparo dos alunos para o exercício da cidadania (Saviani, 2007).

Além disso, a implementação de políticas neoliberais a partir dos anos 1990, como a municipalização do ensino fundamental e a valorização da gestão escolar baseada em resultados de avaliações padronizadas, reforçou a lógica de mercado na educação, priorizando a competitividade e a produtividade em detrimento de uma educação mais humanizada e crítica. Nesse contexto, a formação de sujeitos é muitas vezes reduzida a uma preparação para o mercado de trabalho, desconsiderando aspectos essenciais da formação integral dos indivíduos (Gentili, 1996).<sup>12</sup>

Diante desse cenário, é fundamental repensar o modelo de educação vigente no Brasil, buscando uma abordagem mais crítica e emancipatória, que valorize a diversidade cultural, social e política do país. Isso requer a superação do modelo liberal de formação de sujeitos, para que a educação possa contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde todos tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de exercer plenamente sua cidadania (Freire, 1996)<sup>13</sup>.

Essas políticas neoliberais, ratificadas diversas vezes por organismos internacionais, suprimiram direitos constitucionais, como o que é visto a seguir, onde a educação, um direito de todos e dever do Estado e da família, se reafirma como propósito de que “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205)<sup>14</sup>. Logo, diversos profissionais da educação ligados às instituições públicas federais, atuando como formadores de opinião e influenciadores políticos, estavam engajados em discutir a função do ensino superior, mesmo com diferentes perspectivas ideológicas. Além disso, outras normativas foram sendo instaladas como foi o caso do Plano Nacional de Educação PNE (2001-2010), Lei nº 10.172/2001, que destacou, naquele momento, a importância das universidades federais, principalmente, na pesquisa fundamental, na pós-graduação, na formação de professores e, também, como modelo de excelência no ensino de graduação. No entanto, sem ignorar a lógica de contenção de despesas e diversificação do sistema.

De acordo com Souza (2016), o PNE (2001-2010) estabeleceu uma meta de oferta de vagas na educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Esta meta influenciou as políticas educacionais dos anos seguintes a objetivarem mais expansão do ensino superior. Assim, em 2002, no último ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve um encerramento das políticas de sufocamento da educação brasileira. Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que se iniciou no ano de 2003 e terminou em 2010, houve uma profunda reforma do ensino superior no país. De acordo com Arjona (2016), tal reforma educacional foi guiada por meio da promulgação de leis e decretos que apontaram continuidade em alguns aspectos e a ruptura com outras políticas públicas para a educação estabelecidas no governo FHC. Ou seja, ficou notável nas mudanças implementadas nas políticas de ensino superior durante o governo Lula a introdução de marcos legais que visavam estabelecer diretrizes para a formação de professores no Brasil.

De acordo com Carvalho (2014):

política pública direcionada à expansão da educação superior no governo Lula teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico no programa de

<sup>12</sup> GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

<sup>13</sup> FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>14</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).



governo, de que a taxa de escolaridade líquida<sup>14</sup> da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001- 2010). A explicação presente no documento de campanha residia na privatização da educação superior sem planejamento, que se traduziu em crescimento acelerado da rede privada, intensificada pela diferenciação institucional e pela transformação das IES em universidades de ensino. Combinado a isto, as dificuldades das camadas sociais mais pobres em acessarem esse nível educacional, e, ainda que as barreiras à entrada pudessem ser superadas, a percepção do governo de que o principal desafio estava na permanência do aluno socialmente vulnerável diante dos elevados gastos nos estabelecimentos privados, cujo resultado tem sido a elevada inadimplência e evasão. A agenda governamental redirecionou-se a fim de ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas, em especial no segmento federal. (CARVALHO, 2014, P. 215).

Diante desse cenário e com o objetivo de reduzir as distâncias geográficas entre os estudantes e seus locais de estudo, qualificação para o trabalho e cidadania, o governo lançou o REUNI, conforme Carvalho (2014):

A política de expansão extensiva e intensiva do segmento federal no governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais. Este foi o terceiro aspecto da política de expansão da educação superior. O programa de governo materializou-se em ação concreta, à medida que as universidades federais abriram novos *campi* no interior dos estados no âmbito dos projetos de expansão pactuados com MEC por intermédio do Reuni. Além disso, criaram-se novas universidades federais, todas localizadas em cidades interioranas. A redução das desigualdades regionais foi de responsabilidade do segmento federal, uma vez que as estratégias de mercado da iniciativa privada não passam, necessariamente, por preocupações de ordem social ou de redistribuição espacial. (CARVALHO, 2014, p. 223)

Assim, tais políticas públicas alcançaram novos espaços, atingindo os alunos e alunas trabalhadores. No entanto, surge a seguinte reflexão: estariam essas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) preparadas para atender, dar suporte, dialogar e formar esses alunos e alunas trabalhadores com todas as suas singularidades? É uma reflexão que deve ser feita

## **1.2 As relações entre educação e o trabalho.**

Uma discussão teórica abrangente sobre a educação e o trabalho requer uma apresentação conceitual fundamental. Seguindo a concepção de Freire, conforme exposta por Costa (2015), a educação pode ser definida de duas maneiras: uma de forma genérica, aplicável a todo e qualquer tipo de educação, e outra de forma mais específica, referente à proposta de educação concebida por Freire.

De acordo com José Junio Souza da Costa (2015), temos:

A definição geral de educação apresentada por Paulo Freire pode ser escrita com as seguintes palavras: *educação é uma concepção filosófica e/ou científica acerca do conhecimento colocada em prática*. A teoria do conhecimento freireana, por sua vez, pode ser sintetizada assim: *o conhecimento é um processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade*. Já a definição específica de educação defendida por Paulo Freire pode ser expressa nos seguintes termos: *educação é o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana*. (COSTA, 2015, p. 85.)

Além dos conceitos mencionados anteriormente e sob a perspectiva freireana, Gadotti (2005) conceitua tanto a educação formal quanto a educação informal da seguinte maneira:

Define-se educação não-formal como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (La Belle,

1982:2). Uma definição que mostra a ambiguidade dessa modalidade de educação, já que ela se define em oposição (negação) a um outro tipo de educação: a educação formal. Usualmente define-se a educação não-formal por uma ausência, em comparação com a escola, tomando a educação formal como único paradigma, como se a educação formal escolar também não pudesse aceitar a informalidade, o “extraescolar”. (GADOTTI, 2005, p. 2)

Portanto, ainda é necessário compreender que a educação formal e a educação informal têm objetivos distintos, conforme Gadotti (2005):

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p. 2)

O trabalho, conforme Antunes (1999), caracteriza-se como uma atividade autoativa, ou seja, aquela que possui um propósito intrínseco. Para que essa autoatividade se efetive, é fundamental rejeitar o trabalho assalariado, que carece de significado para a autorrealização humana na sociedade capitalista.

O trabalho também é compreendido a partir de Frigotto (2001), como:

criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade- é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982p.50 Apud FRIGOTTO, 2001, p. 73)

Portanto, de acordo com Frigotto (2001):

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos. (FRIGOTTO, 2001, p. 74)

Deste modo, o ser humano necessita do trabalho não apenas como forma de subsistência, mas também como meio de sobrevivência. Quando combinados, a educação e o trabalho se transformam em uma via de emancipação. Não apenas uma emancipação intelectual, mas sim, conforme afirmou Paulo Freire (2000), uma educação libertadora que capacita os educandos trabalhadores a desafiarem a subserviência e a alcançarem a autonomia.

Diante das dicotomias do mundo laboral, é possível ponderar sobre os argumentos apresentados por Antunes (1995) <sup>15</sup>. Desde a era fordista, o mundo do trabalho vem sofrendo

---

<sup>15</sup> ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995. Em uma concepção geral do texto Antunes (1995), nos traz 6 pontos fundamentais no tange as concepções no mundo do trabalho enquanto categoria de análise, são elas: **A centralidade do trabalho:** Antunes aborda a relevância do emprego como uma categoria essencial

uma precarização, o que demanda uma especialização contemporânea. No modelo toyotista de produção, o trabalho qualificado foi colocado em confronto com as máquinas e, caso não o dominasse, era dominado por elas.

O modelo pós-fordista trouxe consigo uma nova forma de agir, pensar, organizar e executar a produção. Contudo, seu efeito mais devastador talvez tenha sido evidenciar o quão dispensável pode ser o trabalhador caso ele se recuse a se submeter à lógica da qualificação obrigatória e constante. Assim, a educação, que em tempos passados fora vista como um passaporte para a emancipação, retoma o papel de fator determinante para a sobrevivência, assumindo um sentido mais amplo.

A relação entre educação e trabalho se apresenta, dessa forma, em sua forma mais nociva e excludente. Cotidianamente, trabalhadores, independentemente de sua qualificação, estão sendo substituídos pela artificialidade, tanto no meio rural quanto no urbano. Conforme observou Marx (2015, p. 672), o exército de reserva é "aquele sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho." Trata-se também de uma parcela da exploração capitalista, que se encontra cada vez mais saturada. Assim, o trabalhador que não for incorporado à lógica da formação para a qualificação se torna protagonista de seu próprio percurso de lentidão<sup>16</sup>.

Diante desse panorama, torna-se imprescindível repensar o modelo educacional vigente no Brasil, buscando uma abordagem mais crítica e emancipatória. A educação deve valorizar a diversidade cultural, social e política do país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Isso implica a superação do modelo liberal de formação de sujeitos, de modo que a educação possa efetivamente promover a cidadania e a qualidade de vida para todos (Freire, 1996).

A formação de um estudante trabalhador é profundamente impactada pela relação entre educação e trabalho. Logo, não limitando ao ensino formal, mas abarcando também a busca pela transformação da realidade por meio da reflexão e da ação. Nesse contexto, o trabalho enxerga não apenas uma forma de subsistência, mas também como um meio de sobrevivência, um direito e um dever.

A importância da educação e do trabalho para a formação do estudante trabalhador se evidencia ainda mais diante das transformações do mundo laboral. Esta relação, portanto, não pode ser vista de forma isolada. Ela reflete as contradições e desafios da sociedade contemporânea.

### 1.3 Será a formação o caminho para a emancipação desses estudantes trabalhadores?

---

na vida societária e econômica, ressaltando como as alterações nas relações de emprego impactam substancialmente a estrutura da comunidade.

**As metamorfoses do trabalho:** Ele examina as transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo do tempo, incluindo a transição de uma economia industrial para uma economia baseada em serviços, automação, precarização do trabalho e flexibilização das relações laborais.

**A crítica ao fordismo:** Antunes analisa criticamente o modelo fordista de produção em massa e suas consequências sociais, como a padronização do trabalho, a alienação e a exploração da força de trabalho.

**A emergência do toyotismo:** Ele destaca a ascensão do modelo toyotista de produção, caracterizado pela flexibilização da produção, just-in-time e maior ênfase na qualidade e na participação dos trabalhadores.

**A precarização do trabalho:** Antunes aborda a crescente precarização do trabalho, incluindo a proliferação do trabalho temporário, terceirização, subcontratação e formas atípicas de emprego, e os impactos disso na vida dos trabalhadores.

**As novas formas de resistência e organização:** Ele também discute as novas formas de resistência e organização dos trabalhadores frente às mudanças no mundo do trabalho, como sindicatos, movimentos sociais e outras formas de luta por melhores condições de trabalho e justiça social.

<sup>16</sup> Conceito de homens lentos e homens rápidos de Santos (2002) ou ainda em RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens lentos, opacidades e rugosidades.** Redobra, Salvador, n. 9, 2012, p.65.

Possivelmente, não é fácil responder essa indagação. Mas, buscando partir de um referencial que considere a perspectiva denotativa da palavra emancipação, temos o entendimento de que a emancipação do trabalhador passaria pela eliminação de toda e qualquer amarra ou tutela que poderia ser ou estava sendo imposta ao trabalhador.

Segundo Freire (1987)<sup>17</sup> é importante que:

Para a prática "bancária", o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação, mantendo, porém, as consciências imersas nela. Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação. (FREIRE. 1987, p.50)

Logo, para que seja a formação um caminho de emancipação do estudante trabalhador e da estudante trabalhadora eles devem lutar por ela. Visto que, como afirma Monzelli (2016):

[...] a educação nem sempre se comporta desta forma, na verdade, ela também é perfeitamente capaz de se reduzir ao reprodutivismo, ou seja, não só pode se posicionar em favor das ideologias hegemônicas, mas, ainda por cima, consegue disseminá-las socialmente. Sendo assim, por um lado, a educação se mostra crucial para a formação do ser social, enquanto, por outro, atua como mediadora em processos ideológicos construtores de falsas consciências. Contudo, vale ressaltar que as ideologias dominantes somente adquirem a realidade de falsa consciência quando preenchem dois quesitos: em primeiro lugar, se comportam como se fossem uma espécie de consciência universalmente válida à sociedade em sua totalidade. E, em segundo lugar, a partir do momento que tal universalização de uma particularidade seja assimilada e aceita pelos indivíduos através da educação. [...] (MONZELLI, A. G. 2016, p. 56)

O paradoxo da função social da formação que talvez permear toda uma trajetória acadêmica, isso a depender do sujeito. Contudo, para muitos estudantes trabalhadores a educação e a formação se apresentam para o discente como único caminho para emancipação e autonomia, principalmente, se rugosidades<sup>18</sup> do local deles, materialize-se como resultado de sua classe social e de seu poder aquisitivo.

A formação pode ser entendida a partir de Monzelli como:

A educação para os trabalhadores limitava-se ao enclausuramento nas famosas *workhouses* inglesas, onde recebiam ensino religioso e formação técnica básica para o mundo do trabalho – aliás, vale ressaltar que tais estabelecimentos pareciam muito mais prisões insalubres do que instituições educacionais. (MONZELLI, A. G. 2016, p. 65)

Da mesma, maneira a educação e formação de trabalhadores não podem reduzir os espaços formativos a locais de enclausuramento ou mesmo o processo formativo a algo básico para o mundo do trabalho. Em virtude disso a concepção de Freire (1987), na qual a educação e a formação devem consolidar como processo emancipatórios e que ajudem a transgredir o papel bancário da formação.

Portanto, devemos nos preocupar com a transformação da formação em alienação, considerando que basta lembrarmos que o fenômeno da alienação do trabalho é “imposto não por uma ação exterior mítica de predestinação metafísica”, “tampouco por uma ‘natureza humana’ imutável”, mas sim “pelo próprio trabalho” (MÉSZÁROS, I. 2008, p. 60)<sup>19</sup>. Por fim, a formação docente não deve se transformar em espaço de alienação, o debate sobre o processo

<sup>17</sup> FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>18</sup> Segundo Santos (2002, p. 91), as rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

<sup>19</sup> MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2008.

formação do aluno trabalhador deve considere novas metodologias e reinventar os avanços e a sociedade, como pontua Matain (2018):

O debate sobre a formação docente tem se intensificado e muitas propostas, metodologias vem se reinventando de forma que o docente concilie os avanços do tempo e espaço que a sociedade se insere. As tecnologias, e os avanços se mostram presentes em algumas realidades. Contudo, quando observamos algumas unidades escolares, percebemos que elas estão em total abandono (quanto a sua estrutura física e fornecimento do mínimo de materiais para o seu funcionamento e para garantia da permanência de alunos e professores), e descaso por parte do sistema que possui a responsabilidade de suas manutenções. (MATAIN, P. C. 2018, p. 5)

Sendo assim, é fundamental o estejam claras o tempo todo, primeiramente, porque a formação do estudante será permanente e claramente um dos maiores desafios do discentes é conciliar essa formação a suas necessidades de aluno trabalhador e da aluna trabalhadora, pois ambos terão que administrar da melhor maneira possível como suprir suas necessidades de sobrevivência para permanecer no curso e suas obrigações discentes.

Além disso, no contexto contemporâneo, a relação de trabalho entre estudantes trabalhadores homens e estudantes trabalhadoras mulheres apresenta nuances significativas, evidenciando desafios distintos na busca por independência financeira e intelectual. Enquanto os homens, muitas vezes, enfrentam obstáculos relacionados à conciliação entre estudo e trabalho, as mulheres ainda lidam com a persistente desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

É fundamental destacar que, para as estudantes trabalhadoras mulheres, a conquista da independência financeira, intelectual e profissional muitas vezes se torna um desafio ainda mais complexo, dadas as barreiras sociais e econômicas que enfrentam. A jornada dessas mulheres é marcada por uma constante luta contra o preconceito e a discriminação de gênero, que se refletem em salários mais baixos, menos oportunidades de crescimento e maior carga de trabalho não remunerado, como os afazeres domésticos e o cuidado com a família.

Nesse sentido, é fundamental promover políticas e iniciativas que visem à igualdade de gênero no mercado de trabalho, garantindo às estudantes trabalhadoras mulheres as mesmas oportunidades e condições que aos homens, possibilitando assim a conquista de uma independência plena e a realização de seus objetivos profissionais e pessoais. Logo, é essencial o reconhecimento destas disparidades enfrentadas por estudantes trabalhadores homens e mulheres.

Ademais, uma grande parcela dos discentes do curso de licenciatura plena em Geografia do IM/UFRRJ se originam nas classes mais vulneráveis da sociedade. Isso fica exposto de acordo com os dados trazidos pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018<sup>20</sup>, a pesquisa mostrou que cerca de 78% dos estudantes da Universidade Rural do Rio de Janeiro possuem renda de até 1,5 salário-mínimo. Portanto, a educação se coloca como caminho para que esses estudantes que provém das classes mais pobres consigam ter uma nova perspectiva social.

Contudo, durante seu processo formativo, permanecer e concluir o curso se impõem como desafios a serem cumpridos. Mesmo que estejamos falando de um curso ofertado numa universidade pública e gratuita, o custo de manutenção do discente no curso não se restringe a isso. Somados, todos os fatores que vão desde a pressão social até as necessidades econômicas que muitas vezes podem envolver toda uma família, a educação pode ser mudança social, não somente na vida do aluno trabalhador e sim, pode possuir valor para suprir as necessidades de autonomia e emancipação de toda uma família e história que acompanha o estudante durante sua trajetória.

---

<sup>20</sup> Disponível em: < <https://portal.ufrrj.br/maioria-de-estudantes-e-preta-ou-parda-vem-de-escola-publica-e-tem-renda-baixa/>> Acesso em: 24/05/2023.

Por fim, é sempre válido lembrar que muitos desses estudantes podem ser os primeiros de suas famílias a ocuparem posições de destaque, algo que antes lhes parecia inalcançável. Quando formados, esses discentes poderão ocupar lugares antes nunca imaginados por si mesmos ou por seus familiares.

O campus da UFRRJ em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, é responsável por receber muitos desses estudantes, que veem na formação acadêmica o seu caminho para a emancipação. Este campus, como parte da política pública de expansão e interiorização do ensino superior do governo federal, no âmbito do REUNI, teve como prioridade a criação de cursos de licenciatura, incluindo o curso de Geografia, do qual sou egresso, assim como muitos outros estudantes trabalhadores.

Dentre os desafios previstos na criação deste campus, a democratização do ensino superior público e de qualidade se destacava como um dos principais, conforme mencionado por Souza (2016), o que impactou diretamente o planejamento e as estratégias da UFRRJ para enfrentar esse desafio.

Este argumento é ratificado por medidas realizadas pela UFRRJ, conforme trazido por Souza (2016). Por exemplo, "na UFRRJ, entre os anos de 2005 e 2006, foram contratados 122 professores efetivos mediante concurso público, sendo deste total, 70 para suprir os novos cursos ofertados no Campus Nova Iguaçu" (PDI da UFRRJ, 2006, p. 42). Outro fator importante a ser destacado é que o orçamento da IFES cresceu durante o governo Lula (tabela 1).

**Tabela 1 - Orçamentos da UFRRJ 2002-2009**

<b>UFRRJ</b>	<b>Orçamento Total (LOA)</b>	<b>Modernização e Recuperação da Infraestrutura Física das IFES</b>	<b>Projeto Nova Iguaçu</b>
<b>2002</b>	R\$ 98.925.323	R\$ 750.000	X
<b>2003</b>	R\$ 111.013.754	R\$ 750.000	X
<b>2004</b>	R\$ 117.977.321	R\$ 989.983	X
<b>2005</b>	R\$ 148.647.861	R\$ 1.176.785	X
<b>2006</b>	R\$ 165.344.343	R\$ 2.304.848	X
<b>2007</b>	R\$ 195.168.834	R\$ 3.100.000	R\$ 6.168.020
<b>2008</b>	R\$ 205.998.800	R\$ 500.000 R\$ 300.000 (Campus NI)	R\$ 3.404.822
<b>2009</b>	R\$ 218.527.476	R\$ 1.674.950 R\$ 8.975.100 (Campus NI)	R\$ 3.402.858

**FONTE:** BRASIL/Secretaria de Orçamento Federal

*Tabela 1 - fonte: SOUZA, 2016, p. 45.*

Em 12 de abril de 2005, foi estabelecido um acordo preliminar entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para a criação de um Polo Universitário em Nova Iguaçu. Esse polo seria um campus da universidade, seguindo o programa de ampliação e descentralização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com o passar dos anos e a consolidação do campus, o número e o perfil dos discentes foram sendo modificados. O curso de licenciatura plena em Geografia, no turno matutino, recebeu inúmeros alunos, muitos deles trabalhadores, que são os principais sujeitos desta pesquisa, pois veem na formação acadêmica o seu caminho emancipador.

#### **1.4 A realidade das políticas institucionais de assistência estudantil e permanência na universidade.**

As políticas institucionais de assistência estudantil, de acordo com Vasconcelos (2010)<sup>21</sup>, têm sua trajetória conectada com a assistência social, ambas resultantes das lutas dos movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Segundo o decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O Art. 2º do programa define seus objetivos:

Tabela 2- Objetivos do PNAES	
I -	Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
II -	Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
III -	Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
IV -	Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação

**Fonte:** decreto 7.234 de 19 julho de 2010 – Elaborada pelo autor.

Já em seu Art. 3º, inciso 1º, o decreto esclarece em quais áreas as ações do PNAES deverão ser aplicadas:

Tabela 3 – Ações de assistência estudantil do PNAES	
I -	moradia estudantil;
II -	alimentação;
III -	transporte;
IV -	atenção à saúde;
V -	inclusão digital;
VI -	cultura;
VII -	esporte;
VIII -	creche
IX-	apoio pedagógico; e
X -	acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

<sup>21</sup> VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2023.

**Fonte:** decreto 7.234 de 19 julho de 2010 – Elaborada pelo autor.

Segundo o decreto do PNAES<sup>22</sup>, os critérios para acesso às políticas de assistência estudantil serão definidos por cada IFES. Além do decreto e das políticas assistenciais previstas pelo governo federal, as instituições de ensino federal têm seus programas específicos de assistência estudantil. Na UFRRJ, há programas de auxílio em diferentes modalidades (conforme tabela 4). Cabe destacar, como é afirmado na Cartilha dos Programas e Ações de Assistência Estudantil (PROAES), que tais modalidades assistenciais foram criadas para atender ao decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.

Tabela 4 – Programas de assistência estudantil da UFRRJ	
<b>Tipo de auxílio</b>	<b>Valor em Reais (R\$) e descrição.</b>
Auxílio financeiro à moradia	Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Nova Iguaçu, Três Rios e Seropédica tendo por finalidade auxiliar com as despesas com moradia estudantil (república, pensionato e outros). Este auxílio corresponde ao crédito de 12 parcelas, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais (valores pagos em 2015).
Auxílio financeiro à alimentação	Esta modalidade de auxílio é destinada somente a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais do campus de Três Rios, em razão dessa unidade acadêmica ainda não dispor de um Restaurante Universitário. O auxílio corresponde ao crédito de 9 parcelas, no valor individual de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais (valores pagos em 2015).
Auxílio financeiro ao transporte	Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Nova Iguaçu, Três Rios e Seropédica tendo por finalidade auxiliar com as despesas de transporte. Este auxílio corresponde ao crédito de 9 parcelas, no valor individual de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais (valores pagos em 2015).
Auxílio didático e pedagógico	Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Nova Iguaçu e Três Rios, tendo por finalidade auxiliar com as despesas com a compra de material didático e pedagógico. Este auxílio corresponde ao crédito em única parcela concedida no 1º mês de vigência dos auxílios no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) (valores pagos em 2015).
Auxílio de incentivo ao esporte	Esta modalidade de auxílio é destinada aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais do campus de Seropédica, tendo por finalidade o incentivo da prática e intercâmbio esportivo, à adoção de hábitos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida. O auxílio corresponde ao crédito de 8 parcelas no valor individual de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais (valores pagos em 2015).
Bolsa de atividade no restaurante universitário	Esta modalidade de auxílio tem por finalidade conceder apoio financeiro e alimentação gratuita como contrapartida pelo desempenho de atividades nas dependências do Restaurante Universitário do campus de Seropédica, prioritariamente no horário de almoço de segunda a quinta-feira, perfazendo uma carga horária de 6 horas semanais. Este auxílio corresponde ao crédito de 8 parcelas no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais (valores pagos em 2015), sendo destinado, preferencialmente, a estudantes em situação de

<sup>22</sup> DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. (ANEXO 2)



	vulnerabilidade socioeconômica, participantes ou não dos programas de bolsas e auxílios oferecidos pela PROAES e pelo Colégio Técnico da Universidade Rural, sendo vedada a participação de bolsistas de alimentação por carência. A seleção é feita anualmente por meio de edital público.
Auxílio não pecuniário à alimentação	Esta modalidade de Auxílio tem por finalidade oferecer alimentação gratuita aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela UFRJ. É oferecido durante o período letivo, somente nos campi de Seropédica e de Nova Iguaçu nos quais existem Restaurantes Universitários mantidos pela Instituição
Programa de Assistência Alimentar	Este programa tem por objetivo geral conceder assistência alimentar aos estudantes regularmente matriculados, nos cursos de graduação e pós-graduação da UFRJ, atendendo ainda, estudantes secundaristas matriculados no CTUR. A produção das refeições oferecidas no âmbito deste programa é realizada nas instalações dos Restaurantes Universitários (RU's) mantidos nos campi de Seropédica e Nova Iguaçu, os quais se caracterizam por possuírem uma função social e, portanto, não visam lucros. No campus de Três Rios, que ainda não dispõe de RU mantido pela Universidade, a demanda por assistência alimentar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é suprida por meio da concessão de auxílios pecuniários à alimentação.

**Fonte:** Cartilha dos Programa e ações de assistências estudantil (PROAES) 2015 – Elaborado pelo autor.

Além dos auxílios<sup>23</sup> acima citados, surgem na universidade outros programas como fonte de renda para auxiliar estudantes na permanência dentro das instituições de ensino. Um exemplo é o PIBID, instituído pelo MEC por meio da Portaria nº 38, de 12 de dezembro de 2007, e o Residência Pedagógica, instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da Portaria GAB nº 82, de 26 de abril de 2022. Nestes programas, os alunos são bolsistas e desempenham atividades ligadas à docência em escolas da rede pública de ensino. Tais programas surgem como alternativas para que alunos trabalhadores consigam se manter como estudantes ativos em suas instituições federais de ensino superior.

Porém, cabe uma reflexão: será que na realidade essas políticas assistenciais têm impacto efetivo ou constroem mais uma contradição por falta de abrangência a todos os estudantes que dependem delas para se manter na universidade? As políticas têm efeito

<sup>23</sup> Outro programa de auxílio é o Programa Bolsa de Permanência (PBP) é uma modalidade de bolsa, criada no âmbito do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2013, destinada a estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. A sua principal finalidade é oferecer um auxílio financeiro, visando minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PBP prevê a concessão de uma bolsa diferenciada aos estudantes indígenas e quilombolas, tendo por base as definições estabelecidas na legislação. O PBP estabelece como seus beneficiários, os estudantes que cumprirem **cumulativamente** as seguintes condições: a) possuir renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salários mínimos; b) estar matriculado em cursos de graduação com **carga horária média superior ou igual a 5 horas diárias**; c) não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; d) ter assinado o termo de compromisso previsto no PBP; e) ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito dos sistemas de informação do programa.

O pagamento das bolsas é feito por meio de **cartão magnético específico**, emitido pelo Banco do Brasil, mediante solicitação prévia do FNDE. O valor da bolsa pago ao estudante, que cumprir com as condições previstas no manual do PBP é de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais**, sendo que para os estudantes indígenas e quilombolas é **de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais**.

positivo? Sim. Agora, outra indagação: as políticas contemplam todos os que efetivamente precisam delas e são suficientes? A resposta agora é negativa. Temos um cenário como esse, onde, segundo o IBGE em 2019, uma parcela de 24,7% da população do país é pobre e cerca de 6,5% está na extrema pobreza (figura 5).

gov.br
CORONAVÍRUS (COVID-19)
ACESSO À INFORMAÇÃO
PARTICIPE



Home
Notícias
Releases
Comunicados
Minuto IBGE
Próximas divulgações
Acervo

## Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população

Editoria: Estatísticas Sociais






Figura 5 - fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>

O título da matéria acima evidencia a grande importância que as políticas de assistência estudantil possuem, mas evidenciam elas não suficientes para suprir todas as demandas discentes desta comunidade (tabela 5), visto que o número de auxílios ofertados sensivelmente menor que a necessidade dos estudantes em situação de pobreza. Assim, o presente capítulo tem por finalidade mostrar qual o impacto delas para a permanência dos estudantes trabalhadores na universidade.

Tabela 5 - Auxílios ofertados pela universidade e outras instituições na UFRRJ.

## 12. Quadro sintético do quantitativo de beneficiários dos programas e ações

1. Bolsas e auxílios				
1.1. Auxílios permanência – Edital Nº 01/2015 (PNAES)				
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios	
Auxílio financeiro à alimentação	----	----	150	
Auxílio à moradia	300	260	80	
Auxílio transporte	300	260	80	
Auxílio didático e pedagógico	280	260	130	
Auxílio de incentivo ao esporte	118	----	----	
Total de auxílios	880	780	440	
1.2. Modalidades de auxílio próprias da UFRRJ				
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios	
Bolsa de Atividade no RU	150	----	----	
Auxílio não pecuniário à alimentação	1000	300	----	
1.3. Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDAI)				
Pesquisa			20	
Extensão			45	
Ensino de graduação			30	
Administração e gestão (apoio técnico)			490	
1.4. Programa de Bolsa Permanência (FNDE/MEC)				
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios	
Nº de Bolsas Permanência concedidas	---	----	61	
2. Assistência Alimentar				
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios	
Nº médio de refeições diárias servidas	2.400 refeições	500 refeições	----	
3. Residência Estudantil				
	Seropédica	Nova Iguaçu	Três Rios	
Nº de alojados/ano (média)	1500	----	----	

Tabela 5: fonte: Cartilha dos Programa e ações de assistências estudantil (PROAES) 2015

Logo, o trabalho ascende como forma de sobrevivência na universidade e ao longo do processo de evolução social foi necessária, em grande parte dos casos, a separação entre o local de trabalho e o local de habitação. Ademais, para a moldagem do trabalhador para o mercado de trabalho, torna-se essencial a qualificação do mesmo. Desta forma, como nos apresenta Enguita (1989), o ensino acaba ficando em segundo plano, pois:

[...] a questão não era ensinar um certo montante de conhecimentos no menor tempo possível, mas ter os alunos entre as paredes da sala de aula submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo suficiente para domar seu caráter e dar a forma adequada a seu comportamento. (ENGUITA, 1989, p.116).

Segundo Cattani (1997), o sistema neoliberal, ao qual estamos expostos, reforça a desigualdade no sistema educacional.

A primeira é a de que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; outros acomodam-se em patamares inferiores. A segunda conclusão, decorrente da primeira, é que o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades. Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantlar o setor público, de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado. (CATTANI, 1997, p.38-39)

Assim, cientes das dificuldades e dos desafios enfrentados por estudantes trabalhadores e das múltiplas desigualdades impostas pelo sistema educacional, surge a questão: como os estudantes trabalhadores estabelecem uma relação entre o curso que estão fazendo e o trabalho como fonte de sobrevivência? Qual é a expectativa futura sobre a sobrevivência com base no objeto de estudo?

O trabalho aparece desde cedo para muitos estudantes-trabalhadores como uma questão de sobrevivência. Durante a fase de construção deste texto, os estudantes indagaram: "será que a universidade nota que, sem o trabalho, o qual ela está exigindo que eu largue para cumprir uma etapa obrigatória do estágio, eu não consigo sobreviver?".

Outra questão importante é como o aluno trabalhador articula sua rotina cotidiana com a quantidade de disciplinas que pode cursar em um semestre letivo. Conforme outra reflexão de um discente: "se eu largar o meu trabalho, não tenho como vir estudar ou continuar na universidade, pois não consegui auxílio permanência."

As reflexões e indagações acima mostram que o trabalho emerge para os estudantes trabalhadores como uma forma de sobrevivência cotidiana, tanto nos limites da academia quanto em sua própria existência enquanto sujeito. Visto que no contexto geral, muitos estudantes enfrentam dificuldades diárias que os levam a desistir de seus cursos de graduação em licenciatura plena no Brasil. O curso de licenciatura plena em Geografia, por exemplo, apresenta uma taxa de desistência acumulada de mais de 54% entre 2013 e 2022 (gráfico 1).

### **Indicadores de desistência, conclusão e permanência nos cursos de licenciatura do Brasil de 2013-2022**

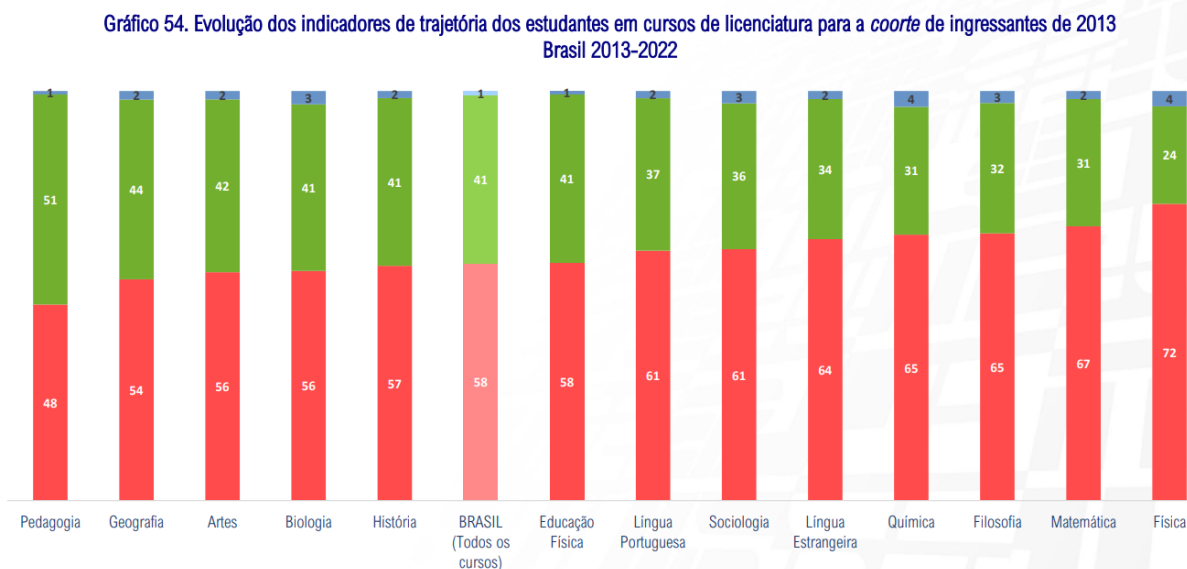


Gráfico 1-

fonte: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2022/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf)

## **CAPÍTULO II - Os desafios e dificuldades de discentes e egressos trabalhadores no decorrer do curso de Licenciatura em Geografia IM/UFRRJ.**

Os desafios e dificuldades enfrentados por estudantes do curso e egressos que precisam trabalhar durante a graduação em Licenciatura Plena em Geografia são diversos e distintos. Contudo, tais desafios se mostram como verdadeiros obstáculos ao longo de sua jornada formativa. Além disso, é relevante ressaltar que, durante o processo de formação tanto dos estudantes quanto das estudantes trabalhadoras, surge uma dicotomia evidente entre os desafios impostos aos estudantes homens e às estudantes mulheres.

Nesse sentido, é imperativo recordar que a sociedade, desde seus primórdios, assumiu uma configuração patriarcal, onde homens e mulheres desempenhavam papéis sociais distintos. Essas características tornam-se ainda mais pronunciadas quando a discussão sobre raça é introduzida, é importante destacar que não é o foco do presente trabalho. Portanto, para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados por esses estudantes, é essencial considerar não apenas as questões de gênero, mas também as interseções com a questão racial.

Segundo Silva (2019), o papel feminino no mercado de trabalho é marcado pela dupla jornada:

Às mulheres é imposta a responsabilidade de reproduzir e cuidar do corpo social que mantém o sistema capitalista em funcionamento e ainda desempenhar o trabalho produtivo mais desvalorizado e precarizado desse sistema, levando-as a cair no que chamamos popularmente de “cila da igualdade”, quando as mulheres no mundo do trabalho procuram desempenhar atividades iguais às dos homens, lutando por empregos e salários iguais, mas no ambiente privado continuam sendo as responsáveis por todo o trabalho doméstico e criação e cuidados da família. Ou seja, elas têm uma dupla jornada de trabalho, revelando com isso como a Feminização do Trabalho pode ser extremamente injusta socialmente se não for acompanhada de medidas de reconhecimento cultural e amparo social. (SILVA, 2019, p.10).

A partir disso, pode-se inferir que um estudante-trabalhador homem, na maioria dos casos, se divide entre o trabalho para sua sobrevivência e a formação, que é seu caminho para ascensão. Já as estudantes, além da dupla jornada de trabalho externo e doméstico, muitas ainda têm a formação para conciliar. Entre as estudantes trabalhadoras que não exercem atividade remunerada externa, temos aquelas que se dividem entre o doméstico e a academia.

Ultrapassando as intempéries de pensamento, cabe-nos refletir sobre as diversas e distintas dificuldades que podem ser encontradas por alunos matriculados ou egressos no decorrer de sua jornada de formação, visto que este sujeito é um aluno trabalhador. Para isso, esse estudante de Geografia deve ter a dimensão de que seu processo de formação deve ser amplo e bem consolidado, visto que, como nos traz Callai (1999)<sup>24</sup>, a geografia é uma disciplina curricular que contribui muito com a produção de instrumentos intelectuais para compreender o mundo e entender as pessoas como sujeitos deste mundo, e eles terão a responsabilidade de lecionar para outros sujeitos em suas trajetórias.

### **2.1 Os componentes curriculares do curso e as dificuldades enfrentadas para concluir disciplinas.**

A grade de componentes curriculares do curso de Geografia - licenciatura plena, na modalidade presencial em turno matutino, oferecido pelo IM/UFRRJ, possui uma carga horária

<sup>24</sup> CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí, RS: Editor Unijuí, 1999.

total de 3190 horas. Ela está dividida em oito semestres e cinquenta e quatro disciplinas, incluindo obrigatórias, optativas, atividades acadêmicas suplementares e estágio supervisionado (conforme figuras 6 e 7).

**Estrutura curricular por semestre do curso de Geografia na modalidade de Licenciatura**

**Plena – 3.190 h.**

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			NÚCLEO	CATEGORIA	PRÉ-REQUISITO
		T	P	T			
1º	História do Pensamento Geográfico			60	Básico	Obrigatória	
	Elementos de Geologia			60	Básico	Obrigatória	
	Geografia da População			60	Básico	Obrigatória	
	História Econômica Geral e do Brasil			60	Básico	Obrigatória	
	Cartografia Básica			60	Básico	Obrigatória	
	Seminário Educação e Sociedade			40	Pedagógica	Obrigatória	
2º	Sociedade e Natureza			60	Básico	Obrigatória	
	Climatologia Geográfica			60	Básico	Obrigatória	
	Geografia Agrária			60	Básico	Obrigatória	
	Filosofia e Educação I			60	Pedagógico	Obrigatória	
	Cartografia Temática e Digital			60	Básico	Obrigatória	Cartografia Básica
3º	Teoria e Método Científico da Geografia			60	Básico	Obrigatória	
	Geomorfologia Geral			60	Básico	Obrigatória	Elementos de Geologia Climatologia Geográfica
	Geografia Urbana			60	Básico	Obrigatória	
	Psicologia e Educação			60	Pedagógico	Obrigatória	
	Sociologia e Educação			60	Pedagógico	Obrigatória	
4º	Trabalho de campo em geografia I			60	Básico	Obrigatória	
	Recursos Naturais			60	Básico	Obrigatória	
	Geografia Econômica			60	Básico	Obrigatória	
	Política e organização do Ensino			60	Pedagógico	Obrigatória	
	Libras			30	Pedagógico	Obrigatória	
	Optativa			30	Complementar	Obrigatória	
5º	Optativa			30	Complementar	Obrigatória	
	Biogeografia I			60	Básico	Obrigatória	
	Geografia Regional do Brasil			60	Básico	Obrigatória	
	Didática Geral			60	Pedagógico	Obrigatória	
	Educação das Relações étnico-Raciais			60	Pedagógico	Obrigatória	
	Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão em Geografia I			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Prática de Estágio Supervisionado em Geografia I			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Estágio Supervisionado em Geografia I			100	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	

Figura 6- Estrutura curricular do curso de licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ (Parte 1). Fonte: Projeto Pedagógico de Curso.

6º	Optativa			30	Complementar	Obrigatória	
	Geografia do Estado do Rio de Janeiro			60	Básico	Obrigatória	
	Organização do Espaço mundial			60	Básico	Obrigatória	
	Ensino de Geografia I – Ensino Fundamental			60	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Projeto de Monografia			60	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão em			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Prática de Estágio Supervisionado em Geografia II			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Estágio Supervisionado em Geografia II			100	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
7º	Optativa			30	Complementar	Obrigatória	
	Geografia e Educação Ambiental			60	Básico	Obrigatória	
	Geografia Política			60	Básico	Obrigatória	
	Ensino de Geografia II – Ensino Médio			60	Pedagógica	Obrigatória	
	Monografia I			60	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão em Geografia III			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Prática de Estágio Supervisionado em Geografia III			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Estágio Supervisionado em Geografia III			100	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
8º	Optativa			60	Complementar	Obrigatória	
	Optativa			60	Complementar	Obrigatória	
	Optativa			60	Complementar	Obrigatória	
	Optativa			60	Complementar	Obrigatória	
	Monografia II			60	Pedagógica	Obrigatória	
	Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão em Geografia IV			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Prática de Estágio Supervisionado em Geografia IV			30	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	
	Estágio Supervisionado em Geografia IV			100	Pesquisa e Prática Pedagógica	Obrigatória	

Figura 7- Estrutura curricular do curso de licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ (Parte 2). Fonte: Projeto Pedagógico de Curso.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que foi formulado em 2010, traz como objetivo do curso:

Formar profissionais licenciados em Geografia, habilitados para atuar nos níveis de ensino fundamental e médio, nas redes públicas e privadas de ensino, em Colégios Técnicos, em cursos pré-vestibulares, em ONG's, em instituições sociais e/ou comunitárias, científicas e de pesquisa públicas e privadas, em empresas de consultoria, assessoria e áreas afins e que sejam capazes de estabelecer as relações entre pesquisa e ensino para o cumprimento pleno do papel do professor-pesquisador na sociedade. (PPC, 2010, p. 17).

É importante salientar que a estrutura do curso está disposta, conforme destacado no PPC (2010), de modo a atender às indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas do curso de Geografia (Resolução CNE/CES 14/2002 e CNE/CES 492/2001), bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resoluções CNE/CES 1/2002 e 02/2002).

Ao longo da elaboração desta pesquisa, foram estabelecidos diálogos e trocas com os estudantes trabalhadores desse curso. Entre as muitas conversas que apenas a experiência prática traz à pesquisa, um ponto se destacou: "Temos encontrado muitas dificuldades em



conciliar nossas atividades laborais, essenciais para nossa sobrevivência como discentes e pessoas, e o cumprimento de todas as atividades acadêmicas, principalmente o estágio."

Como resposta, os discentes foram questionados sobre essas dificuldades. A resposta foi: "Os estágios remunerados não obrigatórios, mesmo que estejam atrelados à nossa área de conhecimento e atuação, não são aproveitados ou aceitos para cumprir as disciplinas. Então, temos que optar por cumprir o estágio obrigatório para finalizar o curso ou comer!"

Para tal, é necessário compreender como se organiza a disciplina de estágio obrigatório no curso segundo o PPC (2010):

Desta forma, fica estabelecida a duração do estágio de 400 horas aula (Parecer 02 de 19 de fevereiro de 2001), serão ministradas parte no IM, e parte nas escolas conveniadas a UFRRJ, podendo ser distribuídas nas seguintes modalidades:

1 – Atividades de planejamento (40 horas): que incluem atividades de planejamento, discussão com o professor orientador da UFRRJ, propostas de pesquisa educacional acerca de “inquietações” próprias do processo de ensino-aprendizagem e suas especificidades, entre outras.

2 – Observação do contexto escolar (35 horas): atividades de observação da escola, das práticas dos professores na instituição onde o aluno está realizando o estágio.

3 – Regência de classe (20 horas): pressupõe a iniciação profissional como um saber que busca orientar-se por teorias de ensino-aprendizagem para responder às demandas colocadas pela prática pedagógica à qual se dirige;

4 – Elaboração dos relatórios de Estágio (15 horas): realização de atividades na forma de relatório a ser definido pelo professor-orientador da disciplina. (PPC, 201, p.29).

Assim, para cumprir toda a matriz curricular e integralizar o curso (tabela 6), os discentes, trabalhadores ou não, devem superar muitas dificuldades. Porém, para aqueles que precisam se dividir entre trabalho e formação, a balança tende a pender sempre mais para um lado do que para o outro. Visto que manter-se enquanto estudante implica em toda uma carga financeira, como transporte, alimentação, materiais, livros e outros, integralizar todo o curso sem evadir, sem atrasar e muitas vezes sem assistência estudantil, uma vez que, como vimos anteriormente, não consegue suprir e atender todas as demandas que os jovens estudantes trabalhadores necessitam, é extremamente difícil.

**Tabela 6 - Quadro de disciplinas, núcleos e créditos**

No. de disciplinas	Conteúdos Gerais	Créditos	Horas
21	<b>Núcleo de Formação Profissional Básica - NFPB</b>	<b>84</b>	<b>1260</b>
08 (mínimo)	<b>Núcleo de Formação Profissional Específica - NFPE</b>	<b>24</b>	<b>360</b>
07	<b>Núcleo de Formação Pedagógica – NFP</b>	<b>26</b>	<b>390</b>
	<b>Núcleo Pesquisa e Prática Pedagógica NPPP</b>		
01	Seminário de Educação e Sociedade	AA	40
04	Prática de Estágio Supervisionado em Geografia	08	120
04	Estágio Supervisionado em Geografia	AA	400
02	Ensino de Geografia	08	120
04	NEPEs em Geografia I, II, III e IV	AA	120
01	Projeto de Monografia	04	60
02	Monografia I e II	AA	120
---	Atividades Complementares	---	200
53	<b>INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO</b>	<b>154 + 11AA</b>	<b>3190</b>

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso

O perfil do aluno em formação é trazido no próprio PPC (2010) do curso de Geografia do IM/UFRRJ:



Diante deste contexto, a criação do curso de Licenciatura em Geografia é de fundamental importância, visto que a demanda da região é grande. Isto possibilitaria uma formação que atenderia imediatamente o mercado de trabalho da própria área em questão, contribuindo para a permanência do jovem no seu local de origem.

Outro ponto observado na formulação desta proposta é a do perfil dos alunos que ingressam no curso de Geografia na atualidade. Percebemos uma mudança no perfil dos alunos que ingressam no ensino superior atualmente, principalmente no curso de geografia. É um aluno que necessita trabalhar para sustentar a si e/ou a família. Desta forma, a inclusão do turno matutino irá oportunizar ao aluno o desenvolvimento de uma atividade profissional durante a tarde e/ou noite. (PPC, 2010, p. 15)

O aluno trabalhador e a aluna trabalhadora, geralmente oriundos das classes sociais mais baixas da Baixada Fluminense e que veem na formação acadêmica profissional um caminho para atender suas expectativas e demandas profissionais, devem coexistir com os demais sem que suas particularidades sejam omitidas da realidade do curso, mas sim que sejam ainda mais respeitadas e se tornem um ponto de reflexão para que a universidade possa ofertar melhores condições e possibilidades para que estes consigam se formar e mudar suas trajetórias. Visto que muitas vezes ações de suporte e ajuda aos discentes vêm única e exclusivamente dos docentes que lecionam no curso.

## **2.2 A dicotomia entre a realidade dos estudantes e das estudantes do curso de graduação e obstáculos para permanência e conclusão do curso.**

A realidade brasileira é marcada pela desigualdade e pela forte concentração de renda desde os primórdios de sua formação. Muitos fatores contribuíram para isso. No início, foi o fator de sermos uma colônia de exploração. Depois, na relação da divisão internacional do trabalho, nos limitamos a quase sempre assumir o papel de exportador de commodities. No decorrer da história do nosso país, o predomínio de uma elite agrária visava sempre a manutenção do Status Quo, isto é, a manutenção de um paradigma que na esmagadora maioria das vezes privilegiou uma elite branca dominante.

Esse falso padrão de desenvolvimento instalado no país teve como um dos pilares a escravidão de negros e indígenas. Assim, temos um país que ainda hoje trava fortes lutas para enfrentar as estruturas conservadoras e levar o mínimo possível de possibilidade de progresso para fora da bolha da classe hegemônica, mesmo com a existência de um padrão onde os termos “capital”, “riqueza” e “patrimônio” são vistos como sinônimos (Piketty, 2014, p. 53). Dessa maneira, para ampliar e não dividir privilégios, mais disparidades sociais são criadas.

Considerando todas as singularidades de formação e consolidação que são ou foram vigentes no Brasil, é fundamental compreender as dicotomias entre as realidades dos discentes trabalhadores, ressaltando as diferenças entre os estudantes e homens e mulheres, e buscando entender os obstáculos para permanência e conclusão do curso.

O primeiro ponto a ser resgatado no texto é o fato de estarmos falando de estudantes que em sua grande maioria são estudantes de um curso de graduação periférico e composto na maior parte por sujeitos periféricos. Não obstante, é importante definirmos o que vem a ser o sujeito periférico, e para isso nos apoiaremos em D’ Andrea (2013, p. 173), que traz 4 concepções sobre o sujeito e uma descrição do qualificativo periférico. Para D’ Andrea (2013), o sujeito pode ser uma pessoa ou indivíduo indeterminado, ou surgir como subjetividade, ou assujeitado que aceita sua realidade sem tentar modificá-la e, por fim, um sujeito conhecedor/fazedor que propõe objetivos e executa ações. Já o periférico, D’ Andrea (2013), qualifica como adjetivo ligado ao substantivo sujeito que atribui a característica de pessoa que reside na periferia.

A formação dos discentes é marcada por múltiplas dicotomias. O sujeito periférico trabalhador homem carrega suas marcas de formação. No decorrer dessa pesquisa e dos diálogos que foram realizados com os discentes, o trabalho na maioria esmagadora das vezes aparecia como sinônimo de sobrevivência e fonte de permanência acadêmica. Porém, a

conciliação do trabalho com as atividades acadêmicas em grande parte das vezes foi citada como ponto de conflito.

Um dos fatores que traz foco a esses conflitos é que mesmo o curso sendo de caráter matutino, algumas de suas atividades são muitas vezes realizadas no contraturno vespertino. Um exemplo são as NEPEs, que são atividades de pesquisa e extensão que provêm oficinas e organização de um evento. Outras vezes, disciplinas que poderiam ser ofertadas nos mesmos turnos por impossibilidade de compatibilidade de horário são disponibilizadas no turno da tarde.

As disciplinas obrigatórias e optativas que são indispensáveis para integralização do curso também são ofertadas quase sempre no contraturno, exceto algumas optativas. Enquanto estudante trabalhador de graduação, enfrentei esses mesmos dilemas que se apresentam enquanto obstáculos aos estudantes e às estudantes. Durante o período em que cursei a graduação, algumas disciplinas ficaram pendentes e só foram possíveis de serem realizadas no período em que fui desligado do meu trabalho e recebi auxílio do governo.

Na maior lacuna que se abre enquanto dicotomia de homens e mulheres está a questão da dupla jornada, onde, por formação cultural, patriarcal e histórica, foi a ela atrelada a figura feminina também a questão do trabalho doméstico e do cuidado.

Como traz Cumbi (2009):

Os resultados da pesquisa, resultantes da recolha e discussão dos dados, mostram que o facto de se ensinar que os trabalhos domésticos são naturalmente para as mulheres, socialização esta baseada em papéis sociais transmitidos durante a educação de homens e mulheres, faz com que as esposas sejam obrigadas ou se sintam obrigadas a se responsabilizarem por essas funções domésticas. Elas são vistas, por exemplo, como, pela sua natureza, talentosas. Por sua vez, os homens são tidos como naturalmente desastrosos na cozinha. Essa situação permite que toda a carga de trabalhos domésticos recaia sobre as mulheres, o que as impossibilita de descansar e gozar de lazer. Os trabalhos realizados pelos homens ligados à manutenção de electrodomésticos (aparelhagens de sons, fogão, ferro de engomar, lâmpadas), embora na esfera doméstica, não são tidos como domésticos. Estas funções são mais valorizadas socialmente, atribuindo honra e prestígio aos homens, contrariamente às mulheres que são desqualificadas pela sociedade por se dedicarem a trabalhos vistos como leves e fáceis. Isto significa que não são os trabalhos domésticos em si que não têm valor social mas sim o conjunto de representações inferiorizantes que se tem dessas tarefas e das pessoas que frequentemente as fazem, as mulheres. (CUMBI, A. 2009, p. 2)

Assim, como também ressalta Cumbi (2009):

Ao nível das representações familiares, partilha-se a ideia de que uma mulher pode estudar e trabalhar, mas tem de saber, acima de tudo, cozinhar, cuidar dos filhos e da casa. Por outras palavras, ela tem de ser excelente mãe e esposa mais do que estudar e trabalhar. Caso contrário, ela pode ser tida como não mulher, longe do padrão de mulheres valorizadas pela sociedade. (CUMBI, A. 2009, p. 2)

Tais pensamentos retrógrados impõem à mulher, na grande maioria das vezes, o desempenho da dupla função, que aqui assume o papel de tripla função, visto que ela deve trabalhar fora e dentro de casa, além de continuar estudando numa tentativa de obter maior emancipação. Essa situação torna-se ainda mais crítica quando consideramos a ótica racial, visto que, como traz Gonzalez (1988, p. 73), o racismo por negação predominante na América Latina “é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”. Tal situação sempre atribui aos negros a subalternidade.

Não obstante, podemos nos apoiar em Grada Kilomba (2019), na qual foi definido que possuímos diferenças e desigualdades, entendendo que as diferenças dizem respeito às nossas características biológicas e as desigualdades estão relacionadas às nossas diferenças sociais. Logo, dentro da diferenciação de trabalho e formação dos estudantes trabalhadores e das

estudantes trabalhadoras, temos aquilo que aqui vou denominar com especificidades ainda maiores quando ligadas à questão racial.

Para continuarmos a debater as dicotomias aqui apresentadas no campo do trabalho e que se posicionam enquanto obstáculos para continuidade e conclusão de estudantes trabalhadores, podemos voltar a nos apoiar em Cumbi (2009):

Isto significa que a socialização patriarcal, que define e superioriza os homens em relação às mulheres, continua prevalecente e se manifesta através de discursos e práticas no quotidiano das interações conjugais. Neste contexto, podemos questionar a plausibilidade do discurso oficial que defende a visibilidade feminina sem pôr em causa a estrutura social que perpetua o patriarcado, o fundamento da subalternização feminina. O facto de as mulheres terem a possibilidade de estudar e trabalhar não é suficiente para que vivam numa situação de igualdade de género. É necessário que homens e mulheres sejam ensinados a pensar e a agir de outra maneira através da desmistificação dos mitos, valores e tradições que produzem ideologias, discursos, representações e práticas que perpetuam a dominação. (CUMBI, A. 2009, p. 7)

Outro ponto de destaque é trazido pelo professor Silvio de Almeida (2018), o qual salienta que não podemos negar que as instituições de ensino de todos os níveis hoje constituem importantes espaços de disputa hegemônica. Estudar, refletir e pensar é um ato de resistência. Dessa forma, as diversas distinções de funções entre homens e mulheres, negros e brancos, apresentam-se como agentes perpetuantes da hegemonia e como obstáculos para a permanência de discentes trabalhadores e a conclusão de sua formação.

Por fim, o fator do aluno trabalhador homem precisar muitas vezes trabalhar apenas na rua e não em seu lar reduz um complicador para sua formação, mas não elimina as dificuldades existentes. Ademais, hoje, há uma crescente do número de jovens que dividem as tarefas domésticas. Logo, temos pesos e medidas distintos em cada caso aqui trazido para a formação dos alunos e alunas trabalhadoras.

### **2.3 Obstáculos para permanência e conclusão do curso.**

Segundo Brito et al. (2010):

A dinâmica de trabalho e de formação intelectual do mundo contemporâneo se caracteriza pela internacionalização e interdependência da economia, em que se destaca a redução da oferta de empregos formais na indústria, o crescimento do setor de serviços e a expansão e diversificação das atividades urbanas. Neste panorama, tornou-se corrente sustentar que a capacitação necessária para as novas condições de trabalho se obtém, principalmente, por meio da maior escolaridade e de maior alfabetismo, o que, por sua vez, tem se refletido no atendimento em todos os níveis da Educação Escolar.

No que tange especificamente à Educação Superior, o avanço de matrículas é impressionante. Em 1980, houve 1.377.286 de matrículas em todos os cursos superiores presenciais brasileiros; em 1998, este número saltou para 2.125.958 e, em 2001, atingiu a cifra de 3.030.754, dos quais 1.734.936 estudando no período noturno. Em 2006, o número de matrículas alcançou 4.676.646, sendo 3.467.342, em instituições privadas (INEP/MEC, 2006). (BRITO, L. P. L., et al. 2010, p. 778 – 779)

A questão que se coloca aqui é a seguinte: será que este crescente número de matrículas resulta em permanência e conclusão de curso? Segundo Silva et al. (2022, p. 251), evasão é um fenômeno de múltiplos fatores, que pode ocorrer com pessoas de todos os contextos socioeconômicos, culturais e modalidades de ensino. Portanto, é necessário compreendê-lo para criar alternativas de retenção, apoiando os estudantes na permanência e no êxito em seus cursos.

Ainda segundo Silva et al. (2002):

A evasão escolar é um evento que apresenta maior incidência durante o primeiro ano de ensino superior. Este período é considerado como crítico por implicar na ruptura de etapas na vida do indivíduo, associado a inúmeras variáveis acadêmicas, financeiras e institucionais (BERNARDO et al., 2017). Reduzir a taxa de desistência e ampliar a permanência dos discentes nas instituições de ensino superior são desafios dos gestores e profissionais da educação brasileira (BRASIL, 2020). Os dados do Censo da Educação Superior apontam que 56,8% dos estudantes ingressos em 2010 e apenas 37,9% concluíram os estudos. Os outros 5,3% continuavam na graduação após 6 anos (BRASIL, 2017). (SILVA, D. B. da, et al. 2022, p. 252)

Para Lamers et al. (2017, Apud Silva et al., 2022), a evasão do discente pode estar relacionada com a dificuldade que ele apresenta em conciliar o estudo com o trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua <sup>25</sup> comprovam isso (figura 8). Dessa forma, a habilidade do docente ou da instituição em propor atividades mais dinâmicas que dialoguem com a realidade em que o discente está inserido, a capacidade organizacional para executar tarefas e cumprir os prazos estabelecidos pela instituição, e o reconhecimento e adaptação aos fracassos e conquistas que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

**Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, por principal motivo para não estudar ou se qualificar (%)**

Portanto, temos a permanência e a conclusão de curso como fatores em cheque diante do cenário que foi exposto na educação pública superior brasileira. A permanência passa não

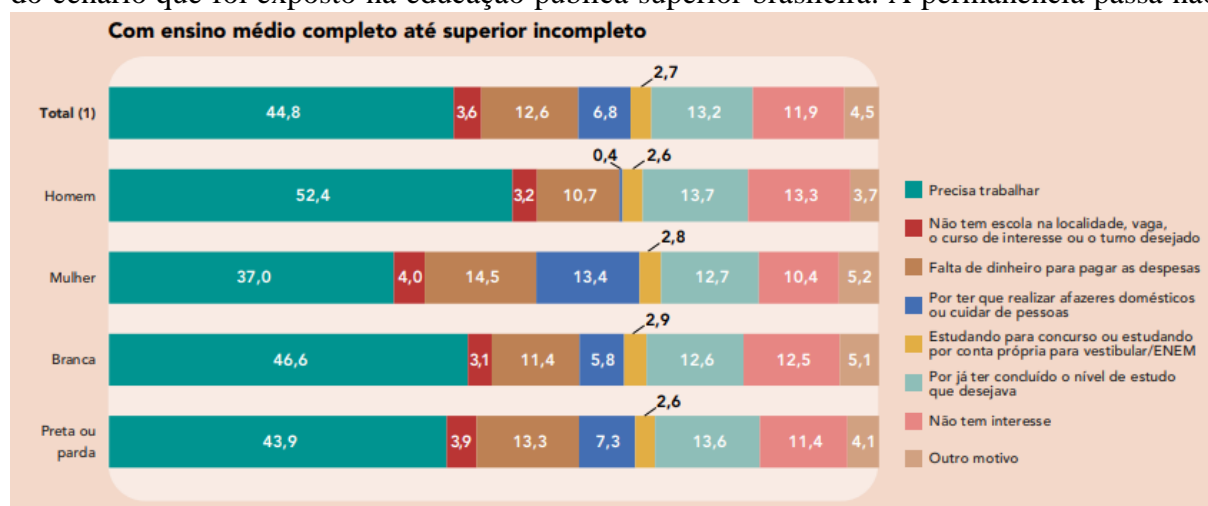


Figura 8 - Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

apenas por políticas de permanência, mas pela criação de uma rede de apoio sólida no entorno dos discentes trabalhadores. Pois como elucidou Frigotto (2001, p. 77), um capitalismo que regula o mercado e o capital não deixa de ser capitalismo e, portanto, não supera a existência das classes sociais e, portanto, da desigualdade social. Mas, na medida em que o emprego é encarado como um direito de integrar-se ao consumo, à vida e ao futuro, firma-se a ideia de que

<sup>25</sup> Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=o-que-e>.

se o mercado privado não oferece emprego, o Estado tem a obrigação de fazê-lo. Logo, o trabalho e a formação qualificada constituem-se como ferramentas de mobilidade, emancipação e ascensão social para o estudante.

Como destaca Girotto (2017, p. 234), devemos reconhecer uma luta para que as condições materiais de acesso e permanência à universidade pública se ampliem e isso pressupõe lutar por mais investimentos, disputando politicamente os orçamentos públicos em suas diferentes dimensões. Dessa forma, torna-se possível não só a permanência da classe trabalhadora na universidade, mas também a efetivação da conclusão do curso que é o objetivo central destes.

Então, nos cabe compreender que para que tenhamos a efetivação da permanência, por meio do enfrentamento de obstáculos como vulnerabilidade financeira, social e emocional, falta de uma rede de apoio consistente para os estudantes, e a luta pela sobrevivência desses enquanto sujeitos e acadêmicos, faz-se necessária a readequação de concepção, paradigma e ajustes quanto à flexibilidade de cumprimento de créditos, disponibilidade de disciplinas em horários mais próximos da realidade dos discentes e políticas de assistência estudantil mais eficazes e abrangentes aos sujeitos da comunidade acadêmica, por exemplo, adaptação dos ambientes universitários para que as alunas e os alunos que são trabalhadores e também mães e pais, possam ter na universidade um local seguro para que seus filhos fiquem enquanto os mesmos estudam. Com essas ações, teremos uma maior possibilidade de conclusão de curso pelos universitários e pelas universitárias.

Não obstante, ainda é possível aproveitarmos algumas das ideias trazidas em Antunes (1999)<sup>26</sup>, uma delas é que a ideologia que enaltece o labor como o único meio de realização e dignidade, sustentando que essa concepção frequentemente negligência as condições precárias e desumanas a que muitos trabalhadores são submetidos. Assim, podemos considerar como um fator motivador para atenuar os impactos do mundo laboral sobre os indivíduos, o pensamento de completar o ensino superior para posteriormente exercer uma ocupação mais qualificada e, conseqüentemente, enfrentar menos a precarização profissional.

Por fim, com base em Foracchi (1977), vamos contextualizar a perspectiva do estudante-trabalhador e como se estabelece a relação entre estudante e trabalho, e por quais razões muitas vezes a qualificação é considerada preponderante.

Diversa é a situação do trabalhador que estuda pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho, mas o estudo. O estudo aparece como contingência. O trabalhador escolhe

---

<sup>26</sup> ANTUNES, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3ª ed., Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo. Neste trabalho o autor apresentar argumentos sobre o os sentidos do trabalho e pode-se destacar alguns pontos gerais:

- A ambivalência do trabalho: Antunes investiga a ambivalência do trabalho, analisando tanto sua relevância como fonte de realização e identidade, quanto as maneiras de exploração e alienação que podem surgir no contexto laboral.

- As incongruências do trabalho no capitalismo: Ele examina as incongruências intrínsecas ao trabalho no sistema capitalista, ressaltando como, ao mesmo tempo em que o trabalho é essencial para a reprodução social e econômica, também pode ser origem de opressão e disparidade.

- A crítica à ideologia laboral: Antunes questiona a ideologia que exalta o trabalho como o único meio de realização e dignidade, sustentando que essa perspectiva frequentemente negligência as condições deploráveis e desumanas a que muitos trabalhadores são expostos.

- As mudanças contemporâneas do emprego: Ele debate as mudanças recentes no universo laboral, como a precarização, a flexibilização e a terceirização, e como esses fenômenos afetam a vivência dos trabalhadores e as relações de classe.

- A resistência dos trabalhadores por emancipação: Antunes também aborda a oposição dos trabalhadores e os movimentos sociais que almejam não apenas melhores condições de trabalho, mas também uma alteração mais profunda das relações sociais e econômicas.

Logo, tecendo críticas de maneiras mais abrangentes sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea.

um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, a necessidade de trabalhar colocava o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso. Isso não significa que ele seja abandonado mas, simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta. A acomodação entre estudo e trabalho raramente redundará numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação. (FORACCHI, 1977, p. 51).

Dessa forma, frequentemente estudantes renunciam a seus empregos em prol de outras atividades que configuram uma ocupação precária para poderem concluir seus cursos, como ocorreu no meu caso, em que tive que optar entre o emprego formal e a conclusão do curso. Para tanto, comecei a trabalhar como motorista de aplicativos, devido à suposta 'maior flexibilidade de horário', a qual não se concretizou, uma vez que, para atender às demandas básicas de subsistência, precisava trabalhar até tarde todos os dias, de domingo a domingo.

Pois, conforme destacado por Paula & Vargas (2011):

Internamente ao problema, acreditamos que um de seus deflagradores é a difícil situação da maioria dos estudantes da educação superior quanto à conciliação das atividades laborais e educacionais.

Sem defender a pauperização ou negligenciamento das obrigações acadêmicas chamamos a atenção para políticas que procuram enfrentar o problema, viabilizando de fato ao trabalhador estudante e ao estudante-trabalhador a conciliação entre estudo e trabalho. A ausência de políticas e legislação específica sobre a situação do trabalhador estudante e do estudante-trabalhador não pode mais ser ignorada, principalmente em contraste com os exemplos concretos de outros países visando tratar de forma mais humana e justa a condição peculiar destes estudantes, em que pesem todas as dificuldades que certamente enfrentam nesse mister. (PAULA, M. F. de VARGAS, H. M., 2011, p. 136)

O que explicaria nossa cegueira e insensibilidade perante essa questão? Ignorar essa problemática implica em incidir na perversa falácia de que o sistema educacional é democrático e como tal, restaria ao estudante aproveitar a “oportunidade” que lhe foi aberta, no caso, pela ampliação do acesso. Sabemos que o sistema de educação superior está estruturado para contemplar o estudante em tempo integral e não aquele que compõe seu maior contingente: o estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante. Assim, para além das políticas de incentivo material à permanência do estudante, defendemos que o país passe a pensar em políticas que racionalizem a operacionalização dos estudos superiores de jovens trabalhadores. (PAULA, M. F. de VARGAS, H. M., 2011, p. 136 – 137.)

## **2.4 A educação superior e o impacto no desenvolvimento profissional desses estudantes trabalhadores.**

O ensino superior, em grande medida, atua como um impulsionador de mobilidade e ascensão social, ou mesmo como um facilitador da emancipação profissional do estudante trabalhador. No entanto, é imperativo para esta pesquisa estabelecer um diálogo sobre o verdadeiro papel da educação superior na formação de trabalhadores e como isso influencia o desenvolvimento profissional dos estudantes trabalhadores.

Com base nisso, recorreremos à perspectiva de Foracchi (1977), que aborda os efeitos do trabalho na vida de um estudante, a fim de contextualizar os impactos do ensino superior na trajetória profissional dos estudantes. Conforme Foracchi (1977):

O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos. O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas

características peculiares. Trabalho parcial: acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial. O estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante: não estamos mais em presença de um mero intervalo que possibilita, como numa fuga, a realização de determinada atividade. Estamos diante de um intervalo amplo que marca, porque separa em tempos sociais distintos, o trabalho e o estudo (FORACCHI, 1977, p. 51).

Assim, diante do dilema enfrentado pelo estudante que concilia estudos e trabalho, e fundamentada em Arroyo (1990:92),<sup>27</sup> devemos “... repensar a universidade frente às novas exigências da sociedade e frente à nova função social do Estado...”, dessa maneira, repensar o ensino superior para o aluno trabalhador o aproxima do curso de nível superior, seja na Geografia, como é o caso analisado aqui, ou em qualquer outro curso.

Não se pode negligenciar que a universidade desempenha uma função social como preparação para o mercado de trabalho, conforme apontado por Ferreira & Santos (2011):

A universidade enquanto agente do processo de transformação propõe um novo perfil de formação diante de novas adaptações e desafios para adequar ao mercado de trabalho que está em constante mutação. Exige-se então do acadêmico maior domínio de múltiplos saberes, habilidades e criticidade capaz de desenvolver sua autonomia intelectual para resolver problemas práticos com conhecimento científico, consequentemente uma autonomia moral, ética e por fim um comprometimento na construção de uma nova sociedade crítica e criativa. Nesse pressuposto, a universidade se aproxima de sua meta em oferecer uma formação acadêmica vinculada a função social, tal qual se espera e se almeja nos dias atuais, podendo assim, desempenhar verdadeiramente seu papel social frente aos desafios de nossa realidade. (FERREIRA, D. S. de F.; DOS SANTOS, L. P., 2011, p. 5-6.)

A sociedade brasileira percebendo os impactos das transformações que ocorrem no mundo contemporâneo em consequência dos processos de globalização que afeta toda a sociedade mundial, reclama por uma formação condizente aos desafios que nos apresentam. É aí que entra a função da Universidade, apoiada às Políticas Públicas, na qual possa suprir as expectativas e os anseios da sociedade, no que diz respeito às possíveis soluções dos problemas do contexto social e atual. (FERREIRA, D. S. de F.; DOS SANTOS, L. P., 2011, p.6.)

No contexto de suas características mais profundas, a educação superior desempenha um papel que vai além da preparação para o mercado de trabalho; ela contribui para a formação dos indivíduos e o desenvolvimento de sua capacidade crítica mais autêntica. Os indivíduos periféricos e trabalhadores que integram o ensino superior exigem dele um papel social de formação e qualificação tanto para o mercado quanto para a vida, enxergando-o como uma necessidade de transformação para que possa atender às novas demandas impostas pela globalização.

Outro aspecto que não pode ser subestimado é o contínuo crescimento do desemprego em diferentes estratos sociais da sociedade, Antunes & Pochmann (2007:205),<sup>28</sup> trazem a

<sup>27</sup> ARROYO, M. **A universidade, o trabalho e o curso noturno**. Estudos e debates, Brasília, n. 17, p. 92, 1990.

<sup>28</sup> ANTUNES, R.; POCHMANN, M.. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>, v. 200, n. 7, 2007, p. 205.

seguinte reflexão “... em relação ao nível de escolaridade, contata-se que a taxa de desemprego subiu em um ritmo mais rápido para os trabalhadores com mais anos de estudos...”.

Ainda debruçados sobre Antunes & Pochmann (2007):

Assim, em um mercado de trabalho que se estreita e tem comportamento pouco dinâmico, os empregos mais nobres foram sendo preservados para os segmentos de mais alta renda, embora em dimensão insuficiente para permitir a contínua mobilidade socioprofissional.

O resultado desse quadro tem sido o aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho. De forma emblemática, percebe-se o maior peso dos trabalhadores ativos no interior da pobreza brasileira. Isso é o que podemos constatar a partir análise da evolução da pobreza no Brasil. (ANTUNES, R.; POCHMANN, M, 2007, p. 206)

Nas duas últimas décadas, nota-se o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária). No passado, por exemplo, a situação de pobreza estava mais relacionada ao segmento inativo da população (crianças, idosos, doentes, portadores de necessidades especiais, entre outros). Assim, ter-se acesso à ocupação no mercado de trabalho era condição quase suficiente para se superar o limite da pobreza absoluta. (ANTUNES, R.; POCHMANN, M. IDEM)

Assim, a educação superior emerge mais uma vez, não se limitando apenas à qualificação para o trabalho e ao desenvolvimento profissional, embora essa seja talvez sua função primordial. No entanto, ela se apresenta como um agente de mobilidade social, proporcionando às pessoas a oportunidade de superar a pobreza e alcançar uma nova posição na estratificação social e profissional.

Percebe-se, conforme apontado por Fleith & colaboradores (2020):

as expectativas de sucesso profissional projetam um futuro de inserção social mais justa e sustentabilidade financeira e econômica, a partir da qualidade da formação que buscam na educação superior, prospectando uma profissão socialmente valorizada, bom emprego e empregabilidade estável. (FLEITH, et al. 2020, p. 229).



## **CAPÍTULO III – A pesquisa com estudantes trabalhadores: olhares, análises e reflexões.**

Este capítulo apresenta os resultados desta pesquisa, fundamentados na visão e compreensão do autor sobre os dados obtidos, na base bibliográfica que foi construída ao longo da pesquisa e na análise e triagem das informações coletadas junto aos alunos trabalhadores entrevistados.

Faz-se necessário reafirma que no decorrer deste capítulo serão apresentados os principais desafios para que o estudante-trabalhador pode encontrar como obstáculo para sua formação e alguns possíveis caminhos para que este trajeto seja menos espinhoso e o mais enriquecedor possível. Logo, os pontos que estão apresentados aqui são resultados direto das pesquisas e levantamentos que foram realizados. Por fim, todos os itens aqui apresentados passaram por olhares, análises e reflexões do autor.

### **3.1 Delimitação da Pesquisa.**

Toda pesquisa possui um ponto de delimitação, no qual seu desenvolvimento é estruturado. Nesta pesquisa, partimos da delimitação do espaço geográfico, que, em sua concepção, abrange dimensões como a cultura, articulada à economia, à política e a um conjunto de elementos que organizam e produzem a sociedade. Portanto, esse espaço foi analisado quanto às relações que ali ocorriam, produziam e transformavam o ambiente.

O IM/UFRRJ está situado na cidade de Nova Iguaçu, que, segundo Simões (2007:200), é um centro de negócios diversificado, capaz de atender não apenas seus moradores, mas também os habitantes das áreas circunvizinhas que não encontram esses bens e serviços em suas localidades. Nova Iguaçu é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) (Figura 4) e a Baixada Fluminense (Figura 3). Segundo Rocha (2014), essa região não é fruto de um consenso quanto à sua constituição, sendo composta por municípios periféricos da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o câmpus da UFRRJ recebe hoje muitos estudantes oriundos de zonas periféricas da RMRJ (Figura 4), e o curso de licenciatura plena em Geografia não se distancia dessa perspectiva. Este trabalho se debruçou sobre esse curso de licenciatura e buscou realizar uma pesquisa qualitativa com oito estudantes. Esses alunos eram uma mistura de trabalhadores-estudantes, de ambos os gêneros, egressos e matriculados, visando identificar os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes do curso de licenciatura plena em Geografia para concluírem a graduação, segundo as perspectivas dos entrevistados. Assim, trazendo novamente Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para investigar fenômenos complexos e pouco compreendidos, como a relação entre educação superior e trabalho na Baixada Fluminense, não se furtando a compreender e respeitar os sujeitos que a compõem.

Ademais, este estudo surge com base na minha realidade enquanto estudante e trabalhador ao longo da minha formação no curso de licenciatura plena em Geografia no IM/UFRRJ. Assim, como muitos colegas de curso, muitas vezes me deparei com diversos obstáculos em meu percurso formativo e tive uma ascensão profissional e social após a conclusão. Durante a graduação, trabalhei como jovem aprendiz administrativo em uma empresa de ônibus, como motorista de aplicativos sem vínculo trabalhista formalizado, como motorista particular, entre outras funções, sempre buscando resistir às dificuldades impostas pela vida sempre morador da Baixada Fluminense (Figura 3) e da RMRJ (Figura 4), mais precisamente, São João de Meriti.

Portanto, encontrei na formação acadêmica a preparação para a inserção no mercado de trabalho. No percurso formativo do mestrado acadêmico, decidi, juntamente com meu orientador, estudar e compreender fenômenos que me fizessem ser entendido também como

sujeito pesquisado. Assim, definimos o tema deste trabalho a partir dessa realidade vivenciada por mim, por ele e por diversos outros estudantes.

### **3.2 Estratégia de tratamento de dados.**

Para organizar os dados desta pesquisa, foi necessário compreender que a exploração e o desenvolvimento do tema ocorreram através da aplicação de métodos de pesquisa científica, com ênfase especial no campo da pesquisa social e qualitativa. Em um sentido amplo, esta abordagem abrange diversos relacionamentos entre indivíduos e instituições sociais; contudo, é fundamental reiterar que ela não consegue capturar a totalidade da vida social e, portanto, apresenta um recorte específico.

Dessa maneira, é indispensável apontar que este estudo busca compreender a pesquisa social e qualitativa, bem como o tratamento de seus dados, a partir da

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (GIL, 2008, p. 26. Apud SOUZA, R. A. de. 2016, p. 54).

Ainda de acordo com GIL (2008, p. 27 Apud Souza. 2016, p.55), tomamos também a pesquisa exploratória, visto que estas “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Portanto:

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL, 2008, p. 27 Apud Souza. 2016, p.55)

Assim, buscamos fornecer, no âmbito destes caminhos, ferramentas para compreender de modo preciso e objetivo os fatos sociais aqui elencados, bem como seus desdobramentos. Reiteramos que o processo metodológico se apoiará também em Minayo (2008, p. 14-15), visto que a metodologia ocupa um lugar central nas teorias e está relacionada a elas. Conforme Minayo (2008), a metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, a realidade empírica e os pensamentos sobre a realidade. Além disso, tendo como parâmetro uma pesquisa qualitativa, este capítulo se debruçará sobre cada detalhe das entrevistas e para isso perpassaremos as características de cada entrevistado como idade, sexo, local de moradia, profissão; seus apontamentos e as lacunas apresentadas.

Por fim, para finalizar a realização deste estudo e análise dos dados, é crucial esclarecer que foram realizados levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo, uma vez que a teoria não substitui o empírico, mas se complementam ao longo da construção de uma pesquisa. Para finalizar, iremos trazer uma síntese das entrevistas que foram realizadas.

### **3.3 A pesquisa com estudantes trabalhadores: olhares, análises e reflexões.**

Toda pesquisa é realizada percorrendo diversas etapas até se chegar ao resultado, e no presente trabalho não é diferente. Desde os primórdios da pesquisa, passamos por muitas etapas, como a elaboração do projeto, pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, triagem de dados, escrita, análise qualitativa de dados e outras. Como resultado, foram realizadas entrevistas com aqueles que são o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, o estudante trabalhador, que é o nosso ponto focal. Diante disso, caracterizaremos a seguir cada um dos estudantes

trabalhadores, suas contribuições para o trabalho e refletiremos sobre essas realidades que se impõem no dia a dia do curso e dos estudantes que o compõem.

Para preservar a identidade de cada entrevistado e evitar exposições, caracterizaremos os nomes apenas através de iniciais, além de incluir informações como cor, sexo, idade, local de residência, e o posto de trabalho atual e na época da graduação e as respostas serão entrará em nosso texto, visto que para esta pesquisa o entrevistado é parte fundamental. É importante ressaltar que algumas perguntas não foram respondidas pelos estudantes, pois está fora do seu escopo de atuação, realidade ou até mesmo cargo ou experiência de trabalho.

O primeiro entrevistado foi o FJF, ele possui 27 anos e egresso do curso, é pardo, é do sexo masculino, brasileiro e reside em Belford Roxo – RJ, cidade que integra a RMRJ e em específico a Baixada Fluminense. Durante a Graduação o FJF, trabalhou com os segmentos de pesquisas; vendas, auxiliar operacional de tráfego. Hoje, o mesmo atua em sua área de formação como Professor em escolas de nível fundamental e médio, curso preparatórios e aulas extras. Abaixo estarão listados aqueles que na perspectiva do FJF e em relação à educação, trabalho e processo formativo, são os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação.

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R:

- Turno, pois impossibilitava em arrumar emprego nos horários regulares;
- Transporte público, moro no interior de Belford Roxo era necessário pegar duas conduções para chegar à universidade, e isso afetava minha renda.
- Estágio obrigatório não remunerado;
- Disciplinas obrigatórias no contraturno, ex: NEPE;
- Poucas disponibilidades de bolsas de estudo ou programas de incentivo no curso de geografia.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Auxílio permanência. Eu fui contemplado com o auxílio transporte e alimentação no R.U.(restaurante universitário).

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: Auxílio Permanência.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: Ser o primeiro da família formado em ensino superior. No entanto, o mercado de trabalho de docente de geografia é extremamente desvalorizado e escasso.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Flexibilidade nas disciplinas obrigatórias; disciplinas que focasse mais na formação pedagógica, principalmente, voltada para concurso público, pois o mercado privado e de pesquisador são escassos e desvalorizados.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Não tive tempo para me dedicar o quanto queria, acredito que isso impactou a minha formação docente.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Difícil. Tive bastante ajuda de amigos que estavam na mesma situação.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Sim, no início da graduação não tinha noção nenhuma sobre as possibilidades de adquirir o auxílio. Assim, tive apoio de familiares.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não fui.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Formei-me durante a pandemia. Tive sorte de entrar no mercado privado com indicações de amigos. Aliás, só conseguia entrevista com as indicações. O mercado é fechado, escasso e desvalorizado.

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: Sim, tive mais conhecimento sobre o mercado de professores e concurso público.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Tá perfeito.

A segunda entrevistada é NNM, ela tem 27 anos, é egressa do curso, é branca, do sexo feminino, brasileira, e mora na cidade do Rio de Janeiro (RMRJ), no bairro da Tijuca, situado na zona norte da cidade. Durante a graduação, trabalhou como auxiliar administrativa no setor acadêmico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde continua trabalhando até hoje, agora em uma nova função, pois conseguiu uma promoção após concluir a graduação. Na perspectiva dela, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R:

- Conseguir tempo para estudar as matérias dadas em sala de aula.
- Ter que sair mais cedo para chegar a tempo no trabalho e os professores não autorizarem a saída.
- Participar de atividades que ocorriam em períodos fora do horário de aula, como saídas de campo, reunião de grupo de pesquisa e palestras.
- Dar conta dos prazos de entrega trabalhoXgraduação, visto que a minha prioridade era o trabalho.
- Dificuldade dos professores entenderem que a dinâmica do aluno que trabalha é diferente do aluno que só estuda, e que a abordagem para que esses alunos não desistam, deve ser diferenciada.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim. Não.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: Suporte da minha família e de alguns professores que me ajudavam a dar conta da rotina.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: Querer concluir a graduação na minha área, para poder migrar de função no trabalho. Aliviada por ter dado conta de tudo e agora focando mais no trabalho

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Optou por não responder.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Optou por não responder ou era resposta opcional.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias/Optativas) com suas atividades laborais?

R: Quase impossível. Tive que conversar com os professores e com a minha chefia para tentar um meio termo.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Optou por não responder.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Optou por não responder.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Mudança de cargo e aumento de salário

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: Sim

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: resposta opcional.

O terceiro entrevistado é DBS, ele tem 30 anos, é egresso do curso, é branco, sexo masculino, brasileiro, residente na cidade do Rio de Janeiro (RMRJ). Durante a graduação em licenciatura plena em Geografia, trabalhou como professor e, atualmente, atua como professor do ensino fundamental e médio. Na perspectiva dele, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R-

- Tempo para estudar os conteúdos das disciplinas;
- Dificuldade de dar conta dos estágios;
- Dificuldade em pegar outro trabalho por conta da carga de atividades na Universidade;
- Burocracia no Estágio;
- Pouca oferta de disciplinas em outros turnos, ocasionando engessamento dos horários pessoas.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim, tentei mas não consegui.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R- Vontade de me tornar professor – Bolsa PIBID – Apoio familiar

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: O ensino de excelência. Me sinto preparado para o ofício apesar das ausências de algumas disciplinas ao longo da formação.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R-

- Laboratórios, como de cartografia, para Ensino de Geografia, Geografia Humana. Mais trabalhos de campo
- Mais docentes

- Atualização da grade curricular.
- Inserção de mais disciplinas, como geografia da Indústria, Geografia e Cibercultura dentro outras.
- Transporte intracampus para o diálogo entre as disciplinas das instituições da Rural.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Na época impactou significativamente pois não era a falta de querer ler os textos com qualidade e com dedicação. Mas ler os textos de madrugada e cansado impacta diretamente na apreensão e entendimento do conteúdo.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: De certa forma se complementavam

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Dinheiro sempre foi um problema durante a formação. A remanejamento para as prioridades eram constantes como passagem e alimentação e xerox

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não era desistente

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Total. Minha vida era uma antes da graduação e outro após. A maneira de enxergar o mundo, e sobretudo qual a identificação com as causas sociais e a minha percepção sobre o meu papel na sociedade.

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: De certa forma me engendraram apenas uma função que é lecionar.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

O quarto entrevistado é HBM, ele tem 22 anos e é discente com matrícula ativa no curso, é branco, do sexo masculino, e reside na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Campo Grande, zona oeste da cidade. Durante a graduação, ele já atuou como estagiário de educação especial e atua como professor de pré-vestibular. Na perspectiva dele, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R:

- cansaço físico e mental;
- atender às demandas da faculdade;
- Chegar sempre atrasado às aulas;
- deixar as aulas antes do horário de conclusão;
- arcar com os custos da passagem.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? R: Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

Tentei o auxílio passagem, mas fui indeferido.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRJ?

R: Determinação e perspectiva de ascensão social.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: Estudar geografia é uma das minhas coisas preferidas. As aulas são ministradas por grandes professores e que apresentam perspectivas geniais por vezes. Desde o terceiro ano do ensino médio me identifiquei como professor e essa identificação só se intensifica, então pretendo seguir carreira como professor e dar sequência acadêmica através das pós-graduações.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Vínculo imediato aos auxílios de passagem e alimentação, tal como é feito na UERJ. Quando identificados os alunos cotistas, eles automaticamente são enquadrados nos auxílios básicos como transporte e alimentação.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Por falta de tempo hábil, nunca consegui participar de grupos de pesquisa, que me ajudariam no ingresso ao mestrado. Para além disso, a dedicação aos textos é muito dificultada pelo cansaço e falta de tempo.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Cansativo e desgastante. Cheguei a ser reprovado em uma das NEPEs, pois não consegui frequentar os encontros.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Não.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não evadiu o curso.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Optou por não responder.

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: Optou por não responder.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

A quinta entrevistada é RAOA, tem 23 anos de idade e é aluna com matrícula ativa no curso de graduação. Ela é preta, brasileira, do sexo feminino, e reside na cidade de Duque de Caxias-RJ, um município da RMRJ que integra a Baixada Fluminense. Durante o percurso da graduação, trabalha como professora de educação infantil. Na perspectiva dela, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

- Conciliação de tempo com a faculdade e o trabalho.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim. Inclusive já tentei, mas sempre dava um indeferimento.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: Minha família.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: Não esperava chegar ao 6º agora, que estou no 8º período, me manter é uma questão de honra e saber que não estou sozinha. Ainda pensado na conclusão do curso, ando um pouco confusa, sem saber se continuo no mestrado ou uma outra graduação.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Flexibilidade no horário de aula, principalmente das matérias optativas.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

Infelizmente, por causa da rotina não consigo acompanhar as leituras.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Essa é a minha atual maior dificuldade.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Não.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não evadiu o curso.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: Por enquanto não.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

A sexta entrevistada é CAEO, ela tem 23 anos de idade e é aluna com vínculo ativo no curso. De nacionalidade paraguaia, ela reside em Nova Iguaçu-RJ. Durante o percurso acadêmico, para conseguir se manter, atua como estagiária na área de geoprocessamento. Ela é do sexo feminino e de cor branca. Na perspectiva dela, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R:

- Rotina puxada e exaustiva, falta de marmitas no bandeirão (R.U.) para os alunos trabalhadores;
- dificuldade de locomoção por conta do transporte público;
- falta de tempo para me dedicar às leituras e atividades do curso (inclusive as atividades de extensão);
- falta de tempo para fazer o estágio obrigatório;
- Mesmo com o aumento das bolsas de extensão, o valor continua muito baixo para poder me sustentar sem depender de outro trabalho.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim, não tentei nenhum auxílio devido às burocracias e falta de tempo pra separar os documentos

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: Acho que a universidade deveria disponibilizar transporte gratuito aos alunos que caminham em direção ao centro de Nova Iguaçu, Rodoviária e Estação de Trem (fazendo com que gastem menos tempo de trajeto e consequentemente permanecendo mais tempo em



sala de aula). Também seria ideal que exista a possibilidade de pegar marmitas prontas para os alunos que precisam sair mais cedo e se deslocar.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: A compreensão dos professores em relação à sair mais cedo das aulas e a flexibilidade pra entregar os trabalhos. As bolsas de extensão e pesquisas me incentivaram demais a querer estar na universidade produzindo.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Melhor compreensão ou alguma forma de adaptar o currículo para os alunos que não conseguem cumprir as horas do estágio obrigatório

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Me deixa extremamente cansada, por consequência não consigo me dedicar às atividades

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Foi quase impossível, a vida fica MUITO corrida e os dias parecem precisar de mais horas para a conciliar tantas atividades.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: não, mas o dinheiro é necessário para que eu permaneça.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não evadiu o curso.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Optou por não responder

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: Optou por não responder.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

O sétimo entrevistado é OMCF, ele tem 31 anos, é brasileiro, preto, do sexo masculino, e reside na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi aluno do curso, mas trancou a matrícula e se transferiu para uma universidade privada, pois teve grande dificuldade em conciliar o curso com sua jornada de trabalho. Durante o curso de graduação ele sempre precisou trabalhar para se manter enquanto aluno na UFRRJ, ele trabalhou em funções de vendedor, garçom, roadie, recreador e hoje atua com educador ambiental. Na perspectiva dele, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA:

R:

- A falta de empatia e diálogo com grande parte do corpo docente, no que diz respeito a atrasos, faltas, dentre outras necessidades que poderiam ser atendidas de maneira flexível aos alunos trabalhadores.
- A falta de políticas eficazes de permanência para esses alunos.
- Grade de horários/matérias diminuta.
- A oferta de matérias muito concorridas ou que sejam pré-requisito apenas uma vez ao ano.

- Deslocamento casa x trabalho x universidade. Falta de tempo para me dedicar à academia pela soma dos fatores citados.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim. Tive auxílio permanência que não cobria o valor da passagem no mês. Tive acesso também ao auxílio alimentação. Mas toda a burocracia e a falta de informação, acabam levando muitos alunos a não terem acesso a essas políticas.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: apoio dos outros alunos trabalhadores, alguns professores (PONTUAIS), o grupo de pesquisa PET Conexões Baixada e o coletivo preto Dandaras da Baixada tiveram um papel MUITO importante na minha permanência no espaço universitário.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: A necessidade de ter um diploma de curso superior e a oportunidade de indicar o caminho, para aqueles que assim como eu, são oriundos de comunidades e precisam precarizar suas vidas cedo demais para conseguir o mínimo de acesso material.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Flexibilização de prazos e horários. Tendo em vista que são ações que o curso de Geografia poderia tomar, temos problemas que são estruturais e que fogem da alçada do corpo docente. Mas o exercício da empatia e a flexibilização de algumas regras já torna o espaço acadêmico menos excludente neste sentido.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Hoje no oitavo período e trabalhando com educação ambiental em projetos sociais, o meu trabalho acaba enriquecendo a minha preparação quanto futuro docente de Geografia. Na maior parte da graduação, quando trabalhei em áreas que não se relacionavam em nada com a educação ou o espaço escolar, o impacto era extremamente negativo. Um corpo exaurido pela carga horária extensa de um subemprego, encontra uma dificuldade maior nas suas rotinas de estudo, desempenho em atividades de extensão e pesquisa. Para além de deixar de viver grande parte da universidade.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Em grande parte não foi. Já passei por reprovações por atraso, falta. Mesmo tendo cumprido todas as atividades exigidas pelos docentes. Já ouvi de professores que o regimento da universidade quem delimita o número de presença mínima para a aprovação, mesmo sabendo que esse regimento reforça uma lógica de produção de um espaço excludente, segregador e que mantém o aluno trabalhador longe do espaço acadêmico.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Sim. Abandonei um período e tranquei o curso para trabalhar.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não fui desistente. Troquei a instituição no fim do curso para poder terminar e continuar trabalhando.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Não é egresso.

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

R: A mudança de instituição na reta final me permitiu começar a trabalhar com educação ambiental e continuar estudando. Hoje, dentro da área da educação, consegui trazer para o

segmento alguns alunos do curso de geografia do IM para a educação ambiental, alunos esses que também trabalhavam fora das suas áreas de formação/estudo.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

O oitavo e último entrevistado foi PETS. Ele é do sexo masculino, branco, tem 39 anos, é pai e precisou trancar o curso para sustentar sua família até conseguir retomá-lo com a ajuda de sua esposa. Brasileiro, durante a graduação morava em São João de Meriti – RJ e atualmente reside em Nilópolis – RJ, ambos municípios situados na RMRJ e especificamente na Baixada Fluminense. Assim como FJF, o PETS utilizava a bicicleta como meio de transporte para ir à faculdade, pois era uma forma de economizar nos custos com transporte. Durante a universidade, trabalhou como estoquista e produtor de embalagens. Hoje atua no segmento da educação como professor de Geografia do ensino fundamental e médio. Na perspectiva dele, os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de licenciatura plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação são:

1) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

R:

- Principalmente o horário, uma vez que o curso era matutino.

2) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?

R: Sim. Não pleiteei.

3) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

R: Dar preferência ao curso de graduação, deixando de lado estabilidade laboral.

4) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

R: Optou por não responder.

5) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

R: Melhorar a estrutura do campus.

6) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

R: Optou por não responder.

7) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

R: Impossível.

8) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

R: Sim, passamos por momentos de "aperto", no entanto fizemos redução de gastos e tive trabalhos esporádicos que ajudaram a superar.

9) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

R: Não evadiu o curso.

10) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

R: Melhorar na qualidade de vida, uma vez que mesmo à docência tendo suas peculiaridades, não se compara a um trabalho braçal.

11) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

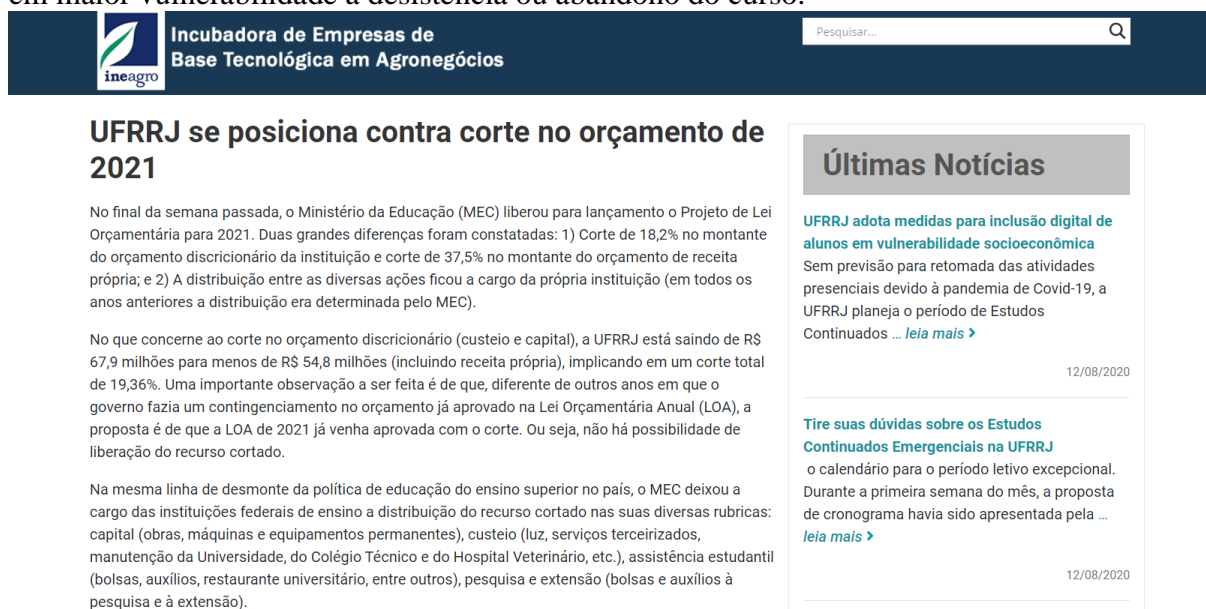
R: Sim.

12) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

R: Optou por não responder.

O FJF, a NNM, o DBS, o HBM, a RAOA, a CAEO, o OMCF e o PETS listaram os pontos que se apresentaram como os principais obstáculos em seus trajetos durante seus processos formativos. No entanto, é importante ressaltar que alguns foram beneficiados por auxílios da universidade, como o auxílio permanência, que em parte de seus processos de formação foi um dos fatores que os ajudaram a concluir esta etapa. Além disso, receberam auxílio transporte, alimentação e participaram do PET (Programa de Educação Tutorial), seja o de Geografia ou conexões, ou até mesmo outro. Todas estas modalidades de auxílio são oferecidas pela universidade ou pelo governo federal. Entretanto, devido à quantidade de verbas restritas ou congeladas (Figura 9)<sup>29</sup> nem todos os estudantes que precisam conseguem obtê-lo.

Assim, este se apresentar como mais um fator que pode levar aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade a desistência ou abandono do curso.



**UFRRJ se posiciona contra corte no orçamento de 2021**

No final da semana passada, o Ministério da Educação (MEC) liberou para lançamento o Projeto de Lei Orçamentária para 2021. Duas grandes diferenças foram constatadas: 1) Corte de 18,2% no montante do orçamento discricionário da instituição e corte de 37,5% no montante do orçamento de receita própria; e 2) A distribuição entre as diversas ações ficou a cargo da própria instituição (em todos os anos anteriores a distribuição era determinada pelo MEC).

No que concerne ao corte no orçamento discricionário (custeio e capital), a UFRRJ está saindo de R\$ 67,9 milhões para menos de R\$ 54,8 milhões (incluindo receita própria), implicando em um corte total de 19,36%. Uma importante observação a ser feita é de que, diferente de outros anos em que o governo fazia um contingenciamento no orçamento já aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a proposta é de que a LOA de 2021 já venha aprovada com o corte. Ou seja, não há possibilidade de liberação do recurso cortado.

Na mesma linha de desmonte da política de educação do ensino superior no país, o MEC deixou a cargo das instituições federais de ensino a distribuição do recurso cortado nas suas diversas rubricas: capital (obras, máquinas e equipamentos permanentes), custeio (luz, serviços terceirizados, manutenção da Universidade, do Colégio Técnico e do Hospital Veterinário, etc.), assistência estudantil (bolsas, auxílios, restaurante universitário, entre outros), pesquisa e extensão (bolsas e auxílios à pesquisa e à extensão).

**Últimas Notícias**

**UFRRJ adota medidas para inclusão digital de alunos em vulnerabilidade socioeconômica**  
Sem previsão para retomada das atividades presenciais devido à pandemia de Covid-19, a UFRRJ planeja o período de Estudos Continuados ... [leia mais >](#)

12/08/2020

**Tire suas dúvidas sobre os Estudos Continuados Emergenciais na UFRRJ**  
o calendário para o período letivo excepcional. Durante a primeira semana do mês, a proposta de cronograma havia sido apresentada pela ... [leia mais >](#)

12/08/2020

Figura 9 - Fonte: <https://institucional.ufrj.br/ineagro/ufrj-se-posiciona-contra-corte-no-orcamento-de-2021/>

Nos cabe ainda analisar alguns aspectos: a grande maioria dos entrevistados reside em regiões consideradas periféricas, ou seja, afastadas da centralidade da grande metrópole e até mesmo entre os moradores da capital, a maior parte fixou residência em áreas suburbanas. Tal fato corrobora com o propósito do REUNI de expandir o ensino superior para múltiplas localidades, mas também levanta a questão se essa expansão pode estar segregando ainda mais os sujeitos periféricos diante da centralidade. Destaca-se o grande número de moradores da Baixada Fluminense e o fato de todos os entrevistados estarem habitando a RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Sendo assim, temos:

<sup>29</sup> A imagem é uma manchete extraída de uma reportagem que fala sobre o corte orçamentário que a UFRRJ sofreu no ano de 2021. É fundamental ressaltar que este foi apenas um dos vários cortes que diversas Instituições Federais de Ensino vêm sofrendo ao longo dos últimos 10 anos. Acessado em 10 de maio de 2024. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/ineagro/ufrj-se-posiciona-contra-corte-no-orcamento-de-2021/>

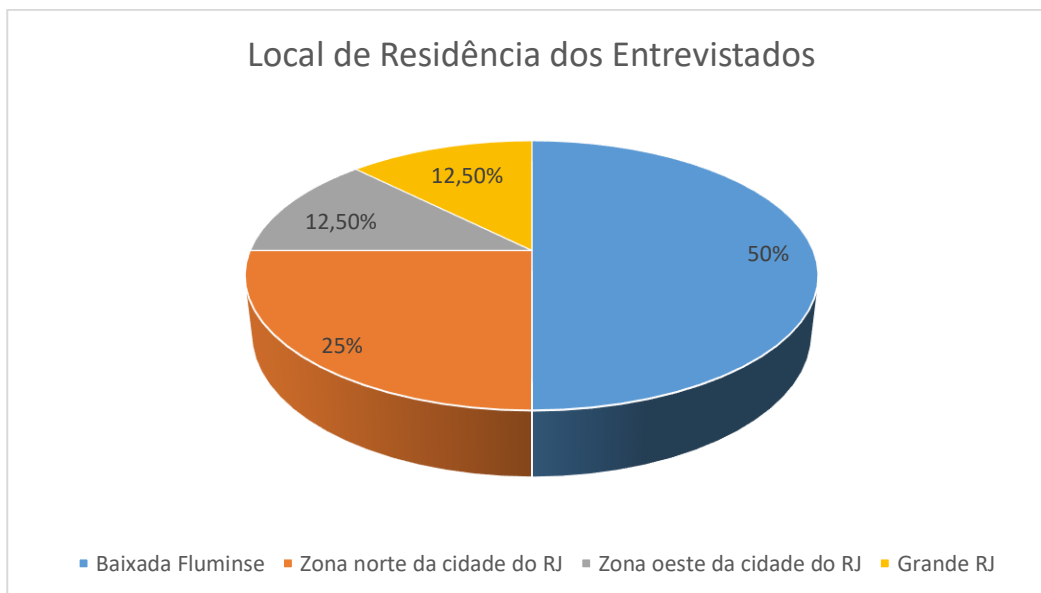


Gráfico 5: Elaborado pelo autor.

Outro ponto a ser destacado é que a grande maioria dos estudantes-trabalhadores durante a graduação trabalhou em funções e cargos que não estavam relacionados à educação ou ao curso que estavam cursando. Além disso, alguns egressos ainda atuam fora da docência. Temos também a dificuldade de conciliar trabalho e faculdade com todas as suas exigências. Outro ponto de grande importância são os relatos em relação à postura docente.

Em relação aos auxílios, dois estudantes foram assistidos por eles, três tentaram e foram indeferidos, e três não pleitearam os auxílios. Cabe ressaltar que todos os entrevistados tinham conhecimento dos auxílios oferecidos pela universidade como forma de suporte, mesmo que nem todos tenham conseguido ser beneficiados.

Não menos importante, e muito pelo contrário, outro fator que surge como ponto a ser destacado no resultado da pesquisa é a rede de apoio que fortalece o aluno trabalhador ao longo de sua jornada acadêmica, seja pelo suporte familiar, de coletivos, programas da universidade ou relações entre os discentes.

Todo estudante ao adentrar em uma instituição de ensino superior almeja uma série de possibilidades futuras, e isso fica muito evidente nos estudantes trabalhadores que compõem tanto esta pesquisa quanto o curso de graduação em Geografia da UFRRJ. Esses estudantes têm como objetivos ascender profissionalmente, realizar sonhos ou cumprir uma vocação. Para outros, significa revolucionar sua realidade familiar, sendo o primeiro ou a primeira pessoa da família a conseguir concluir o ensino superior, independentemente de suas origens humildes.

Mais um fator que surge é em relação aos possíveis ajustes que os estudantes enxergam no curso de Geografia para ajudar na formação deles. Os alunos-trabalhadores destacam a necessidade de maior flexibilidade nas disciplinas obrigatórias, ampliação do número de laboratórios para o curso de licenciatura em Geografia, maior flexibilidade nos horários de aulas e prazos, e, por último, melhorias na estrutura do Campus do Instituto Multidisciplinar.

O trabalho, que aparece como fator de sobrevivência do estudante na universidade, também gera impactos diretos no processo formativo dos discentes. Isso é identificado por eles de diversas maneiras, como a falta de tempo para se dedicar mais às atividades acadêmicas, participação em grupos de pesquisa, leituras e trabalhos. Além disso, muitas de suas atividades laborais se distanciam da formação direta desses discentes.

A dificuldade de conciliar trabalho e graduação é uma das principais dificuldades enfrentadas por todos os estudantes que trabalham. Isso impacta diretamente no rendimento dos alunos, levando muitos a lidar com a reprovação e o não cumprimento de atividades, mesmo

que tenham realizado as atividades da disciplina. Eu, particularmente, sofri com isso e quase atrasei meu período de formação. Ademais, o dinheiro é imprescindível para a continuidade e sobrevivência de qualquer estudante de graduação, e para os entrevistados e alunos desta instituição não é diferente.

A ascensão profissional e qualificação para o trabalho são alguns dos múltiplos vetores que estimulam milhares de jovens até o ensino superior. Ficou claro que, para uma grande parcela dos entrevistados que conseguiram se formar, ter o nível superior em seus currículos representou uma evolução profissional: mudanças de cargos, progressão salarial e melhoria na qualidade de vida, mesmo que tenham que lidar com as precariedades do mercado de trabalho. Para outros, o leque de opções se ampliou, abrindo novas áreas como os concursos públicos, trabalho em projetos sociais, educação ambiental e outros.

Ao final da pesquisa, os entrevistados poderiam indicar outros pontos que não tivessem sido explorados e que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, eles não sentiram essa necessidade e optaram por não responder.

Em síntese, a todo instante, a presente pesquisa buscou analisar e refletir sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores, visando encontrar maneiras de evitar futuras evasões e apoiar esses muitos estudantes que, assim como eu, tiveram e ainda têm processos formativos extremamente árduos. Não podemos deixar de ressaltar que o curso de Licenciatura Plena em Geografia do IM/UFRRJ cumpre com grande excelência seu principal objetivo: formar e capacitar professores-pesquisadores para contribuir e desempenhar um papel fundamental na educação, seja em nosso país ou em qualquer lugar do mundo.

Porém, mesmo em locais de excelência, sempre há pontos a serem melhorados e aperfeiçoados para lidar com nosso público-alvo, especialmente quando temos um público diverso que vê na educação um caminho formativo emancipatório e transgressor de adversidades. Como nos traz Freitas (2009):

Uma infinidade de vetores tem sido apontada por pesquisadores acadêmicos e leigos como obstáculos que impedem o avanço nos estudos formais e sistemáticos. Entre os muitos motivos relacionados com a desistência e o fracasso educacional de estudantes estão os aspectos relacionados com a complexidade da vida pessoal, familiar, financeira e laboral. Além disso, existem as instituições responsáveis pela educação e as políticas sociais mal implementadas, que nem sempre atendem às necessidades dos estudantes e praticamente os deixam evadir, sem sequer demonstrar interesse em tentar identificar a causa e verificar se é possível evitar a evasão. (FREITAS, K. S. 2009, p. 248)

Além disso, há um consenso entre os pesquisadores da área de que o sistema de ensino superior brasileiro permanece elitista. Isso ressalta a necessidade urgente de uma democratização genuína, por meio de políticas públicas mais eficazes que promovam a expansão da rede pública de ensino superior e a inclusão social dos menos favorecidos (Gomes, Oliveira, Dourado, 2011).

Para compreender plenamente os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores do curso de Licenciatura Plena em Geografia, é essencial realizar uma síntese dos resultados obtidos a fim de proporcionar clareza ao leitor. Estes estudantes, caracterizados por sua dupla jornada entre trabalho e estudo acadêmico, enfrentam uma série de obstáculos que podem impactar significativamente sua trajetória educacional. Veja-os abaixo:

#### 1. Conciliar Trabalho e Estudos

- Dificuldade de gestão do tempo: Muitos estudantes relataram a dificuldade em equilibrar as demandas do trabalho e do estudo. O turno das aulas frequentemente entra em conflito com os horários de trabalho, impossibilitando uma dedicação adequada a ambas as atividades.

- Cansaço físico e mental: A rotina exaustiva e a necessidade de trabalhar e estudar resultam em cansaço extremo, dificultando a concentração e a produtividade acadêmica.
- 2. Transporte e Locomoção
  - Longas distâncias e múltiplos transportes: Estudantes que residem em áreas mais afastadas, como Belford Roxo e Nova Iguaçu, precisam enfrentar longas jornadas de transporte público, o que aumenta o cansaço e reduz o tempo disponível para estudo e descanso.
- 3. Estágios Obrigatórios
  - Estágios não remunerados: A obrigatoriedade de estágios não remunerados coloca uma pressão financeira adicional sobre os estudantes, que já precisam trabalhar para se sustentar.
  - Burocracia e falta de flexibilidade: A burocracia envolvida nos estágios e a pouca oferta de disciplinas em turnos alternativos dificultam ainda mais a conciliação entre trabalho e estudo.
- 4. Apoio e Empatia do Corpo Docente
  - Falta de compreensão dos professores: Muitos alunos relataram a falta de empatia e flexibilidade por parte dos professores em relação às suas necessidades específicas como trabalhadores.
  - Políticas de permanência insuficientes: As políticas de assistência e suporte muitas vezes não são suficientes para atender às necessidades dos estudantes trabalhadores, que enfrentam dificuldades financeiras e de tempo.
- 5. Impacto na Qualidade da Formação
  - Tempo insuficiente para dedicação acadêmica: A falta de tempo para participar de grupos de pesquisa, leituras e atividades acadêmicas impacta negativamente a qualidade da formação dos futuros docentes.
  - Cansaço e falta de engajamento: O cansaço físico e mental muitas vezes leva à falta de engajamento com as atividades acadêmicas, prejudicando o aprendizado e o desenvolvimento profissional.

Para facilitar a compreensão dos leitores, construí o gráfico abaixo. Nele, apresentamos os principais desafios dos estudantes-trabalhadores levantados em nossa pesquisa de campo, expressos em percentuais.

Principais Desafios dos Estudantes-Trabalhadores do Curso de Licenciatura Plena em Geografia

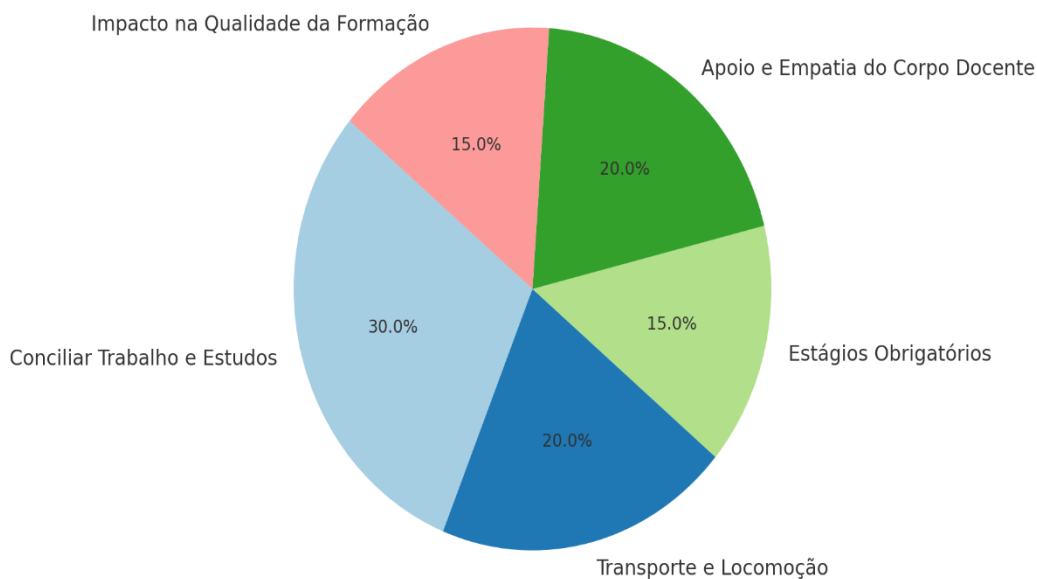


Gráfico 4 – Elaborado pelo autor.

O gráfico acima representa os principais desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores do curso de Licenciatura Plena em Geografia, com base na frequência com que cada desafio foi mencionado nas entrevistas. Portanto, ajuda a visualizar a distribuição dos desafios, destacando as áreas que mais afetam esses estudantes.

Dessa forma, precisamos pensar em maneiras distintas de como incluir o estudante-trabalhador ou o trabalhador-estudante na educação superior (VARGAS, COSTA, 2013). Para isso, Vargas & Costa (2013) ressaltam a necessidade da ampliação das políticas de acesso.

A nossa principal hipótese é que a ênfase na política de ampliação do acesso não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com inclusão crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, incluindo nesses índices as camadas subalternizadas da população. (VARGAS, H. M.; COSTA, P. M. de F. 2013, p. 464)

Dessa maneira não podemos nos esquecer de trazer Foracchi (1977):

Diversa é a situação do trabalhador que estuda pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo. O estudo aparece como contingência. O trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, a necessidade de trabalhar colocava o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso. Isso não significa que ele seja abandonado mas, simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta. A acomodação entre estudo e trabalho raramente redonda numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação. (FORACCHI, M. M. 1977, p. 51)

Vargas & Costa (2013) destacam a necessidade de que:



“Pontuemos, por outro lado, as dificuldades que os estudantes trabalhadores possuem para empreender estágios profissionalizantes, dada a necessidade de abrir mão de um trabalho remunerado em troca de estágios que se caracterizam pela ausência de vínculo trabalhista.” (VARGAS, H. M.; COSTA, P. M. de F. 2013, p. 467)

Logo, a partir de Vargas & Costa (2013) podemos concluir que estes estudantes estão:

Abandonados à própria sorte, o trabalhador-estudante e o estudante-trabalhador no Brasil se veem hoje estimulados a ingressar na educação superior. A retórica legal e política supostamente ampara esse projeto, seja sob o signo da diminuição das desigualdades sociais, seja pelo da democratização da educação superior. (VARGAS, H. M.; COSTA, P. M. de F. 2013, p. 468)

Buscando pensar este trabalho e propor caminhos que pensamos em proposta e possibilidades de soluções que auxiliam esses estudantes a transgredirem seus desafios e a alcançarem seus objetivos:

#### 1. Flexibilização Curricular

- Adaptação de horários: Oferecer disciplinas obrigatórias e optativas em diferentes turnos, permitindo que os estudantes possam escolher horários que se encaixem melhor em suas rotinas de trabalho.
- Reconhecimento de estágios não obrigatórios: Considerar estágios não obrigatórios realizados na área como parte dos créditos necessários, aliviando a pressão financeira sobre os estudantes.

#### 2. Melhoria no Transporte e Locomoção

- Transporte gratuito: Disponibilizar transporte gratuito para os estudantes que residem em áreas distantes, facilitando o acesso à universidade.
- Parcerias com empresas de transporte: Estabelecer parcerias com empresas de transporte para oferecer tarifas reduzidas ou passes gratuitos para os estudantes.

#### 3. Apoio Financeiro e Bolsas de Estudo

- Aumento das bolsas de permanência: Aumentar o valor e a disponibilidade das bolsas de permanência para que cubram de forma mais adequada as necessidades financeiras dos estudantes.
- Simplificação do processo de solicitação: Reduzir a burocracia no processo de solicitação de auxílios financeiros, tornando-o mais acessível e menos demorado.

#### 4. Empatia e Flexibilidade do Corpo Docente

- Capacitação dos professores: Promover capacitações para os professores sobre as necessidades dos estudantes trabalhadores, incentivando uma abordagem mais empática e flexível.
- Políticas de flexibilidade: Implementar políticas de flexibilidade para permitir que os estudantes trabalhadores possam ajustar seus horários e prazos de acordo com suas necessidades.

#### 5. Apoio Psicológico e Acadêmico

- Serviços de apoio psicológico: Oferecer serviços de apoio psicológico para ajudar os estudantes a lidarem com o estresse e a pressão da dupla jornada de trabalho e estudo.
- Tutoria e mentoria acadêmica: Estabelecer programas de tutoria e mentoria para ajudar os estudantes a gerenciar melhor seu tempo e suas atividades acadêmicas.

Neste contexto, a síntese dos resultados da pesquisa visa fornecer uma compreensão holística dos desafios e conquistas dos estudantes trabalhadores em Geografia, destacando a

importância de políticas e suportes institucionais que possam mitigar essas dificuldades e promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível.

Em resumo, ao entender profundamente os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores, podemos não apenas reconhecer suas realizações e contribuições, mas também trabalhar para criar condições que apoiem seu sucesso educacional e profissional contínuo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é preciso reiterar que o lócus de construção desta pesquisa se baseia no ideário e na realidade vivenciada por seus autores, e desta vez não foi diferente. O ambiente acadêmico, que é ou ao menos deveria ser todo confeccionado para formar, qualificar, abraçar e acolher os estudantes que o integram, nem sempre consegue atingir seu objetivo inicial e, para muitos, acaba ocupando um espaço de segregação, repulsão e abandono. Por estas e outras razões, visualizando-nos nessas situações, esta pesquisa começou a ser tecida e pensada.

Nos últimos anos, diuturnamente, os caminhos desta pesquisa culminaram em pensar quais seriam os principais obstáculos que foram e são impostos, paulatinamente, aos estudantes-trabalhadores, aqui especificamente do curso de Licenciatura Plena em Geografia do IM/UFRRJ. Como parte integrante da história deste lugar, e aqui ele aparece embriagado do seu conceito humano a partir de Yi Fu Tuan (1983), o lugar pode ser compreendido como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou de grupos sociais. O câmpus do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, localizado na cidade de Nova Iguaçu, que é uma zona periférica da RMRJ, é composto por dezenas ou até mesmo milhares de identidades, muitas das quais têm a necessidade de conciliar o trabalho e o estudo.

Portanto, no início deste trabalho, nos debruçamos em entender o histórico desses alunos e seu processo educativo; definir os conceitos de educação e trabalho; apresentar os diferentes tipos de atividades realizadas por esses estudantes e descrevê-las; demonstrar a importância da educação como meio de emancipação e autonomia em suas vidas; elencar as dificuldades; revelar os diversos perfis desses alunos e alunas que trabalham e os desafios que enfrentam para permanecer na universidade. Em todos os caminhos, busco responder ao seguinte questionamento em relação à educação, trabalho e processo formativo: quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores do curso de Licenciatura Plena em Geografia para conseguirem concluir a graduação?

Logo, não nos furtando a galgar nosso objetivo central, que era compreender os principais desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores ao longo de sua formação no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, iniciamos a pesquisa.

Para tal, na primeira etapa, concentramo-nos em estabelecer uma base que abrangesse os caminhos da educação, do trabalho e da emancipação do trabalhador. Para isso, apoiamo-nos na discussão do direito à educação previsto e garantido na Constituição Federal do país. Apesar da educação e de seu percurso histórico, discutimos o movimento de expansão tanto na educação básica quanto na educação superior, ambas componentes da educação escolar e fatores essenciais para a construção da cidadania. Dessa maneira, foi possível estabelecer uma relação entre a educação e o trabalho e como os dois se entrelaçam.

Ainda nesta primeira etapa da pesquisa, sustentamos a ideia de que o REUNI e outras políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro no campo educacional estavam focadas em qualificar os trabalhadores para o trabalho, visto a necessidade de se ampliar a mão de obra qualificada em nosso país. Logo, uma série de políticas públicas foram desenvolvidas para atender a esses objetivos, muitas vezes a serviço do capital. Porém, o público ingressante na universidade nesse período era, em expressiva parcela, oriundo de classes sociais e regiões menos abastadas, portanto dependentes de políticas assistenciais e atividades laborais para conseguir concluir o nível superior e, conseqüentemente, transformar a educação e seu processo formativo em um caminho emancipatório. Assim, caracterizamos as regiões da Baixada Fluminense e RMRJ e, decorrente disso, analisamos quais eram as políticas públicas ofertadas pela universidade para esses e outros públicos mais vulneráveis financeira e socialmente.

Na segunda etapa, empenhamo-nos em compreender os desafios e dificuldades de discentes e egressos trabalhadores no curso de Licenciatura em Geografia do IM/UFRRJ.

Assim, debruçamo-nos a estudar e adentrar na parte documental do curso, analisando sua estrutura e seu PPC, para visualizar quais poderiam ser as possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes-trabalhadores e como superá-las. Além disso, fez-se necessário identificar as dicotomias presentes no próprio corpo discente, visto que há uma diferença significativa entre as atividades realizadas pelo público masculino e feminino, sendo essas realidades muito díspares.

Desse modo, foi necessário compreender mais profundamente os sujeitos componentes deste estudo. Para isso, baseamo-nos em D'Andrea (2013) para conceituar os sujeitos periféricos, que ocupam grande parcela do total de estudantes. Assim, pudemos visualizar os fatores que conduzem à evasão e também os que incentivam a perseverar nesse trajeto, identificando o impacto do ensino superior no desenvolvimento profissional desses estudantes-trabalhadores. Esse impacto foi comprovado através dos resultados obtidos em nossas entrevistas, evidenciando a mobilidade e ascensão financeira entre os estudantes.

Por último, nesta etapa, analisamos o impacto das políticas de permanência e as perspectivas dos estudantes-trabalhadores.

A terceira parte da pesquisa é baseada em uma análise reflexiva sobre os dados obtidos ao longo da tecitura desta. Esta parte foi dividida em três tópicos que buscaram direcionar o entendimento e as análises levantadas até aqui. Dessa maneira, podemos confluir todo o material levantado, as análises feitas, e as pesquisas de campo, junto com teoria e práxis. Assim, começamos delimitando a pesquisa e apresentando as intenções do capítulo. Em sequência, trouxemos a estratégia de tratamento de dados e reiteramos a base de caráter exploratório e qualitativo da pesquisa. Por fim, caminhamos para a pesquisa com os estudantes-trabalhadores, os olhares e as contribuições de cada um deles. Dessa forma, conseguimos identificar, segundo a visão deles, os principais obstáculos encontrados no caminho formativo de cada um enquanto alunos-trabalhadores no curso.

Uma das estratégias utilizadas foi apresentar na íntegra cada um dos questionários estruturados que foram respondidos em campo. Caracterizamos os sujeitos de modo individual e mantivemos o sigilo da identidade de cada um para que se sentissem mais confortáveis em responder. Continuamos com uma análise realizada sobre o conteúdo das entrevistas e tecemos resultados sobre os principais desafios encontrados a partir de uma triagem dos dados. Desse modo, o aluno-trabalhador consegue assumir seu papel de centralidade no trabalho e participar ativamente do processo. É importante ressaltar ainda que além de apontar e trabalhar sobre os obstáculos, realizamos também o exercício de pensar e propor soluções.

Portanto, considerando a análise crítica realizada ao longo deste trabalho sobre a trajetória e os desafios enfrentados pelo estudante-trabalhador, bem como as políticas de assistência e suporte a esses alunos, fica evidente que novas possibilidades de apoio precisam ser pensadas e implementadas pelos agentes responsáveis. Uma ação proposta é a flexibilização curricular para o cumprimento das disciplinas e estágios obrigatórios, incluindo a consideração de estágios não obrigatórios realizados na área como parte dos créditos necessários.

Além disso, é fundamental dar atenção ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso. O PPP deve ser pensado de forma a incluir os alunos trabalhadores, especialmente considerando que o campus universitário está situado na periferia, local de origem de uma grande parcela dos discentes, não apenas deste curso específico, mas também de outros cursos desta unidade. Nesse sentido, os desafios apresentados no último capítulo destacam a necessidade crucial de reflexão e reformulação das estruturas acadêmicas, de modo a incluir e estimular o desenvolvimento dos alunos trabalhadores.

Propõe-se, assim, a revisão, readequação e criação de novas políticas educacionais de assistência e suporte estudantil, valorizando a diversidade cultural, social e econômica da comunidade acadêmica, especialmente dos mais vulneráveis social e financeiramente. Ademais, tais ações podem permitir a adaptação dos currículos e disciplinas para que todos

possam ser justamente inseridos, aproveitando ao máximo as potencialidades dos estudantes, sejam eles trabalhadores ou não.

Desse modo, poderemos ter um PPP que abranja as múltiplas diversidades e seja efetivado na prática, por meio de políticas públicas que viabilizem essas modificações. Isso contribuirá para a formação de excelência de professores-pesquisadores de Geografia e para a transformação dos cenários mais adversos, beneficiando aqueles que mais necessitam de uma educação democrática e da formação como caminho para a emancipação social, econômica e intelectual.

Por fim, ao enfrentar esses desafios e implementar soluções eficazes, o curso de Licenciatura Plena em Geografia pode criar um ambiente mais inclusivo e favorável para os estudantes trabalhadores. Isso não só melhorará a qualidade da formação dos futuros docentes, mas também contribuirá para uma educação mais democrática acessível, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua situação econômica ou social, possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e profissional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **História da discriminação racial na educação brasileira (Vídeo).**

In: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=racismo+e+educa%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/results?search_query=racismo+e+educa%C3%A7%C3%A3o)  
Acesso em 22 mar. 2024.

Andifes. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Disponível em: < <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> > Acesso em: 24 de maio de 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995, p. 155.

\_\_\_\_\_. (1999). ***Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*** (3ª ed., Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M.. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil.** Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>, v. 200, n. 7, 2007.

ARROYO, M. **A universidade, o trabalho e o curso noturno.** Estudos e debates, Brasília, n. 17, p. 91-94, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. **Decreto presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007** - Dispõe sobre Instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.**  
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 julho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 177.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 38, 12 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007. seção 1, p. 39.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 82, de 26 de abril de 2022. **Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica – PRP.**

BOGDAN, R., & BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BRITTO, Luiz Percival Leme; SILVA, Edineuza Oliveira; CASTILHO, Katlin Cristina de; ABREU, Tatiane Maria. **CONHECIMENTO E FORMAÇÃO NAS IES PERIFÉRICAS PERFIL DO ALUNO “NOVO” DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/281>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí, RS: Editor Unijuí, 1999.

CATTANI, A. **Capital Humano**. In: **Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CARVALHO, C. H. A. de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES. Portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. **Institui o Programa de Residência Pedagógica, 2018**. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria\\_n\\_38-Institui\\_RP.pdf](https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria_n_38-Institui_RP.pdf). Acesso em: 20 agosto de 2023.

COSTA, J. J. S. da. **A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica**. Theoria, v. 2, n. 18, p.72-88, 2015.

CUMBI, A. **Mulheres com formação superior e emprego remunerado: mulheres emancipadas?** Outras Vozes, Moçambique, n. 27, p. 1-8, 2009. Disponível em: . Acesso em: 1 jan. 2024.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso em: 2023-08-24.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

FERREIRA, D. S. de F.; DOS SANTOS, L. P. **A função social das universidades públicas no contexto atual**. Anais do Seminário sobre Docência Universitária, v. 1, n. 1, 2011.

FLEITH, Denise de Souza et al . **Expectativas de Sucesso Profissional de Ingressantes na Educação Superior: Estudo Comparativo**. Aval. psicol., Campinas , v. 19, n. 3, p. 223-231, set. 2020 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712020000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712020000300002&lng=pt&nrm=iso). acessos em 23 mar. 2024. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1903.17412.01>

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FREITAS, K. S. de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 247-264, 2009. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/715/71512097014.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 15. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, G. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 24 dezembro 2023.

GADOTTI, M. **A questão da educação Formal/não formal**. Suisse, 18 de outubro de 2005.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

GIROTTTO, E. D. **A classe trabalhadora vai à universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do Departamento de Geografia – USP**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 13, n. 20, p. 209–235, 2017. DOI: 10.5418/RA2017.1320.0010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6909>. Acesso em: 25 maio. 2023.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, João F. de; DOURADO, Luiz F. Políticas de educação superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011. p. 153-190.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Nº 92/93. 1988, p.69-82.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023.

KILOMBA, Grada. **Racismo Genderizado**. In: Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019, p.93-109.

**Maioria de estudantes é preta ou parda, vem de escola pública e tem renda baixa**. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/maioria-de-estudantes-e-preta-ou-parda-vem-de-escola-publica-e-tem-renda-baixa/> > Acesso em: 20 de maio de 2023.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



**Mapa da desigualdade; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Disponível em: < casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/?gad\_source=1&gclid=Cj0KCQjw2PSvBhDjARIsAKc2cgNxqgLcVfYAmx4M6IuZGwOVun-RM4FalRy8\_K2utdPQC9LG9Ds9gwoaArmmEALw\_wcB> Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política – livro 1: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MATAIN, P. C. **Perspectivas e práticas formativas do professor: uma percepção do ensino de geografia no Plano Nacional de Formação de Professores na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo, Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MONZELLI, A. G. O processo educacional: entre a alienação e a formação. 2016. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/149267>>. Acesso em 15 mar. 2023.

PAULA, M. F. de VARGAS, H. M. **Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo.** Revista Argentina de Educación Superior – RAES. Año 3. Número 3, 2011.

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCILOS CONTÍNUA - EDUCAÇÃO 2022.** Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf)> Acessado em 20 de Abril de 2024.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

**Projeto Pedagógico de Curso.** Curso de Geografia – Modalidade Licenciatura Plena. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://cursos.ufrrj.br/grad/geografiani/matriz-curricular/>> Acesso em 15 dez. 2023

RIBEIRO, A. C. T.. **Homens lentos, opacidades e rugosidades.** Redobra, Salvador, n. 9, 2012, p.65.

ROCHA, André Santos da. **“As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da**

**Baixada Fluminense.** Tese Doutorado de Geografia. Orientado por Ana Maria Lima Daou. p.:242. Rio de Janeiro. UFF-Instituto de Geociências PPGG: 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 2002.

SAVIANI, D.I et al. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SILVA, Debora Bernardo da; FERRE, Adriana Aparecida de Oliveira; GUIMARÃES, Patricia dos Santos; LIMA, Ricardo de; ESPINDOLA, Isabela Battistelo. **Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 2, p. 248–259, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/5086>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, L. H. P. da. **De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela História.** In. RECONCAVO: Revista de História da UNIABEU. Vol.3, Num.05. Nilópolis, Jul-Dez/2013.

SILVA, L. L. T. da. **Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina.** Revista Eletrônica Interações Sociais, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 120–131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2007.

**Síntese de indicadores sociais:em 2019.** <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-manem-em-6-5-da-populacao>> Acesso em 20 de mar. De 2023.

SOUZA DA COSTA, J. J. . **A EDUCAÇÃO SEGUNDO PAULO FREIRE: UMA PRIMEIRA ANÁLISE FILOSÓFICA.** THEORIA - REVISTA ELETRÔNICA DE FILOSOFIA , v. VII, p. 72-88, 2015.

SOUZA, R. A. de. **O significado social dos cursos de licenciatura do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense.** 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

Tuan, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2006-2010.** Seropédica, UFRRJ, 2006. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Estudante – PROAES - 2015**. Seropédica, UFRRJ, 2006.  
Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2024.

VARGAS, H. M.; COSTA, P. M. de F. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 18, n. 2, 2013.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2023.

## APÊNDICE:

### APÊNDICE A: Questionário

**Tema: Os desafios na formação de estudantes trabalhadores no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

Pesquisador: Renan da Silva Mendes

Orientador: Guilherme da Silva Ribeiro (UFRRJ)

Pesquisa sobre as dificuldades de estudantes trabalhadores no durante o curso de graduação em Licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ:

O presente formulário de pesquisa serve como base para ajudar responder o seguinte questionamento para minha pesquisa de mestrado: quais as principais dificuldades que você enquanto estudante trabalhador encontrou ou está encontrando durante sua graduação no curso de Licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ para conseguir concluir essa etapa?

Obs.: Ao responder o questionário abaixo você concorda que suas respostas poderão ser usadas no decorrer da construção dessa pesquisa.

Por favor, preencha os campos abaixo para seguir respondendo este breve questionário.

Nome:

E-mail:

Telefone para contato:

Período de Graduação:

- 1- Onde você reside?
- 2- Onde você trabalha ou onde você trabalhou durante a graduação?
- 3- Qual era a função que você desempenha ou desenhava no trabalho?
- 4- Em quais segmentos você trabalhou ou trabalha durante o curso?
- 5- Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.
- 6- Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?
- 7- Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?
- 8- Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?
- 9- Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?
- 10- Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?
- 11- Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?
- 12- Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?
- 13- Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

- 14- Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?
- 15- Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?
- 16- Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

Por fim, agradeço a sua colaboração e disponibilidade de tempo para responder este questionário e espero que este trabalho contribua para que nós estudantes trabalhadores sejamos mais bem atendidos para universidade.

Meu e-mail para contato: [renanmendes1@hotmail.com](mailto:renanmendes1@hotmail.com)

## APÊNDICE B: Relatório de sínteses de resposta dos entrevistados

**Tema: Pesquisa sobre as dificuldades de estudantes trabalhadores no durante o curso de graduação em Licenciatura plena em Geografia - IM/UFRRJ.**

Observação: a pesquisa toma com pilar a manutenção dos entrevistados como forma de redução dos riscos de exposição.

Orientações para compreensão do relatório:

1. Foram entrevistados 8 participantes que estavam mesclados em egressos, matriculados e pessoas que precisaram trancar ou transferir o curso.
2. Entre os participantes encontrávamos homens e mulheres.
3. Cada pergunta abaixo é sequenciada de um conjunto de tópicos e cada tópico corresponde a resposta de um estudante-trabalhador que foi entrevistado durante a confecção deste trabalho.

Ao responder o questionário abaixo, você concorda que suas respostas poderão ser utilizadas durante a elaboração desta pesquisa. Se tiver alg...38@gmail.com Assinale abaixo sua concordância:

7 respostas

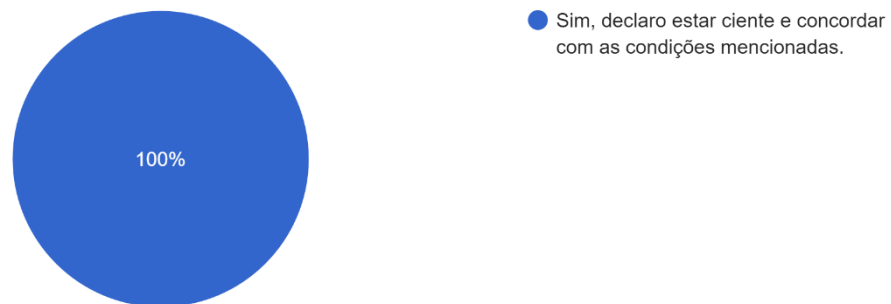


Gráfico 2: Elaboração do próprio autor.

Período de Graduação:

8 respostas

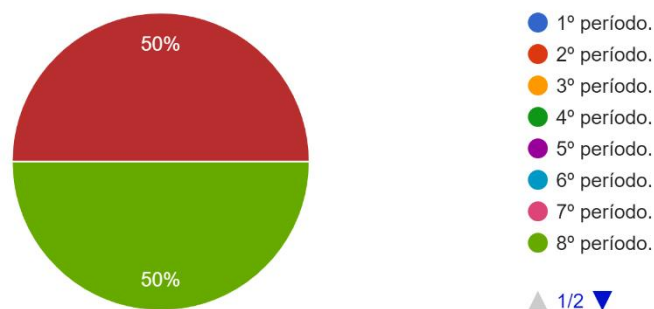


Gráfico 3: Elaboração do próprio autor.

Resumo de resposta dos questionários de pesquisa:

1) Onde você reside?

- Belford Roxo
- Tijuca
- Rio de Janeiro
- Campo Grande - RJ
- Duque de Caxias
- Nova Iguaçu
- Anchieta, Rio de Janeiro.
- Nilópolis.

2) Onde você trabalha ou onde você trabalhou durante a graduação?

- Durante a graduação trabalhei em empresa de ônibus, na universidade como bolsista e vendedor ônibus, fui bolsista e vendia sal
- FGV
- Professor
- Campo Grande - RJ
- Escola
- Já trabalhei em Duque de Caxias e atualmente trabalho no centro do Rio de Janeiro
- Passagens por call-center, buffet, recreação infantil, educador ambiental e etc.
- Profarma Distribuidora de Medicamentos, São João de Meriti.

3) Qual era a função que você desempenha ou desempenhava no trabalho?

- Durante a graduação atuei como Jovem Aprendiz, fui bolsista do programa Mais Casa de Inovação, bolsista no Pré-vestibular Comunitário de Nova Iguaçu e vendia salgados nos corredores da universidade.
- Auxiliar Administrativo
- Lecionar
- Estágio de mediação aos alunos da educação especial.
- Estágio em Geoprocessamento
- Vendedor, garçom, roadie, recreador e educador ambiental.
- Operador de linha.

4) Em quais segmentos (Área de atuação) você trabalhou ou trabalha durante o curso?

- Pesquisas; vendas, auxiliar operacional de tráfego.
- Área acadêmica
- Fundamental e médio
- Pré-vestibular e estágio com alunos incluídos no 1 segmento.
- Educação infantil
- Em Duque de Caxias trabalhei na Secretaria de Fazenda na Coordenadoria de Geoprocessamento. No centro do Rio de Janeiro, trabalho no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na área de Geoprocessamento.
- Telecomunicações, eventos e entretenimento e educação não formal.

- Embalagem, separação e estoque.

5) Enquanto aluno trabalhador em formação ou egresso, quais são/foram as principais dificuldades encontradas para permanecer na graduação? Por favor, liste ao menos as 5 principais dificuldades que você enquanto estudante-trabalhador em formação.

- 1- Turno, pois impossibilitava em arrumar emprego nos horários regulares; 2- Transporte público, moro no interior de Belford Roxo era necessário pegar duas conduções para chegar à universidade, e isso afetava minha renda. 3- Estágio obrigatório não remunerado; 4- Disciplinas obrigatórias no contra-turno, ex: NEPE; 5- Poucas disponibilidades de bolsas de estudo ou programas de incentivo no curso de geografia.
- 1- Conseguir tempo para estudar as matérias dadas em sala de aula. 2. Ter que sair mais cedo para chegar a tempo no trabalho e os professores não autorizarem a saída. 3. Participar de atividades que ocorriam em períodos fora do horário de aula, como saídas de campo, reunião de grupo de pesquisa e palestras. 4. Dar conta dos prazos de entrega trabalho X graduação, visto que a minha prioridade era o trabalho. 5. Dificuldade dos professores entenderem que a dinâmica do aluno que trabalha é diferente do aluno que só estuda, e que a abordagem para que esses alunos não desistam, deve ser diferenciada.
- 1- Tempo para estudar os conteúdos das disciplinas; 2- Dificuldade de dar conta dos estágios; 3- Dificuldade em pegar outro trabalho por conta da carga de atividades na Universidade; 4- Burocracia no Estágio; 5- Pouca oferta de disciplinas em outros turnos, ocasionando engessamento dos horários pessoas.
- 1- cansaço físico e mental; 2- atender às demandas da faculdade; 3- Chegar sempre atrasado às aulas; 4- deixar as aulas antes do horário de conclusão; 5- arcar com os custos da passagem.
- 1- Conciliação de tempo com a faculdade e o trabalho; 2- Rotina puxada e exaustiva; 2- falta de marmitas no bandeirão para os alunos trabalhadores; 3- dificuldade de locomoção por conta do transporte público; 4- falta de tempo pra me dedicar às leituras e atividades do curso (inclusive as atividades de extensão); 5- falta de tempo pra fazer o estágio obrigatório; Obs.: Mesmo com o aumento das bolsas de extensão, o valor continua muito baixo pra poder me sustentar sem depender de outro trabalho.
- **EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA:** 1- A falta de empatia e diálogo com grande parte do corpo docente, no que diz respeito a atrasos, faltas, dentre outras necessidades que poderiam ser atendidas de maneira flexível aos alunos trabalhadores; 2- A falta de políticas eficazes de permanência para esses alunos. Grade de horários/matérias diminuta; 3- A oferta de matérias muito concorridas ou que sejam pré-requisito apenas uma vez ao ano. Deslocamento casa x trabalho x universidade; 4- Falta de tempo para me dedicar à academia pela soma dos fatores citados; 5- Principalmente o horário, uma vez que o curso era matutino.

6) Você sabe quais tipos de auxílio são oferecidos a estudantes desta universidade? Você teve ou pleiteou alguma modalidade de auxílio ou ajuda?



- Auxílio permanência. Eu fui contemplado com o auxílio transporte e alimentação no R.U.
- Sim. Não.
- Sim, tentei mas não consegui.
- Tentei o auxílio passagem, mas fui indeferido.
- Sim. Inclusive já tentei mas sempre dava um indeferimento.
- Sim, não tentei nenhum auxílio devido às burocracias e falta de tempo pra separar os documentos
- Sim. Tive auxílio permanência que não cobria o valor da passagem no mês. Tive acesso também ao auxílio alimentação. Mas toda a burocracia e a falta de informação, acabam levando muitos alunos a não terem acesso a essas políticas.
- Sim. Não pleiteei.

7) Quais aspectos você destacaria que a/o ajudaram a permanecer na graduação do curso de Geografia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ?

- Auxílio Permanência.
- Suporte da minha família e de alguns professores que me ajudavam a dar conta da rotina.
- Vontade de me tornar professor - Bolsa PIBID - Apoio familiar
- Determinação e perspectiva de ascensão social.
- Minha família.
- Acho que a universidade deveria disponibilizar transporte gratuito aos alunos que caminham em direção ao centro de Nova Iguaçu, Rodoviária e Estação de Trem (fazendo com que gastem menos tempo de trajeto e consequentemente permanecendo mais tempo em sala de aula). Também seria ideal que exista a possibilidade de pegar marmitas prontas para os alunos que precisam sair mais cedo e se deslocar.
- apoio dos outros alunos trabalhadores, alguns professores (PONTUAIS), o grupo de pesquisa PET Conexões Baixada e o coletivo preto Dandaras da Baixada tiveram um papel MUITO importante na minha permanência no espaço universitário.
- Dar preferência ao curso de graduação, deixando de lado estabilidade laboral.

8) Enquanto aluno em formação o que te faz querer se manter neste curso e como você se enxerga após a conclusão do curso?

- Ser o primeiro da família formado em ensino superior. No entanto, o mercado de trabalho de docente de geografia é extremamente desvalorizado e escasso.
- Querer concluir a graduação na minha área, para poder migrar de função no trabalho. Aliviada por ter dado conta de tudo e agora focando mais no trabalho
- O ensino de excelência. Me sinto preparado para o ofício apesar das ausências de algumas disciplinas ao longo da formação.
- Estudar geografia é uma das minhas coisas preferidas. As aulas são ministradas por grandes professores e que apresentam perspectivas geniais por vezes. Desde o terceiro ano do ensino médio me identifiquei como professor e essa identificação só se intensifica, então pretendo seguir carreira como professor e dar sequência acadêmica através das pós-graduações.

- Não esperava chegar ao 6º agora, que estou no 8º período, me manter é uma questão de honra e saber que não estou sozinha. Ainda pensado na conclusão do curso, ando um pouco confusa, sem saber se continuo no mestrado ou uma outra graduação.
- A compreensão dos professores em relação à sair mais cedo das aulas e a flexibilidade pra entregar os trabalhos. As bolsas de extensão e pesquisas me incentivaram demais a querer estar na universidade produzindo.
- A necessidade de ter um diploma de curso superior e a oportunidade de indicar o caminho, para aqueles que assim como eu, são oriundos de comunidades e precisam precarizar suas vidas cedo demais para conseguir o mínimo de acesso material.

9) Quais pontos específicos você apontaria como necessidades ou ajustes para que o curso de Geografia do IM/UFRRJ poderia realizar para ajudar a formação de estudantes trabalhadores?

- Flexibilidade nas disciplinas obrigatórias; disciplinas que focasse mais na formação pedagógica, principalmente, voltada para concurso público, pois o mercado privado e de pesquisador são escassos e desvalorizados.
- - Laboratórios, como de cartografia, para Ensino de Geografia, Geografia Humana. - Mais trabalhos de campo - Mais docentes - Atualização da grade curricular. Inserção de mais disciplinas, como geografia da Indústria, Geografia e Cibercultura dentro outras. - Transporte intracampus para o diálogo entre as disciplinas das intuições da Rural.
- Vínculo imediato aos auxílios de passagem e alimentação, tal como é feito na UERJ. Quando identificados os alunos cotistas, eles automaticamente são enquadrados nos auxílios básicos como transporte e alimentação.
- Flexibilidade no horário de aula, principalmente das matérias optativas.
- Melhor compreensão ou alguma forma de adaptar o currículo para os alunos que não conseguem cumprir as horas do estágio obrigatório
- Flexibilização de prazos e horários. Tendo em vista que são ações que o curso de Geografia poderia tomar, temos problemas que são estruturais e que fogem da alçada do corpo docente. Mas o exercício da empatia e a flexibilização de algumas regras já torna o espaço acadêmico menos excludente neste sentido.
- Melhorar a estrutura do campus.

10) Como sua rotina de trabalho impacta a sua formação enquanto futuro docente?

- Não tive tempo para me dedicar o quanto queria, acredito que isso impactou a minha formação docente.
- Na época impactou significativamente pois não era a falta de querer ler os textos com qualidade e com dedicação. Mas ler os textos de madrugada e cansado impacta diretamente na apreensão e entendimento do conteúdo.
- Por falta de tempo hábil, nunca consegui participar de grupos de pesquisa, que me ajudariam no ingresso ao mestrado. Para além disso, a dedicação aos textos é muito dificultada pelo cansaço e falta de tempo.
- Infelizmente, por causa da rotina não consigo acompanhar as leituras.
- Me deixa extremamente cansada, por consequência não consigo me dedicar às atividades

- Hoje no oitavo período e trabalhando com educação ambiental em projetos sociais, o meu trabalho acaba enriquecendo a minha preparação quanto futuro docente de Geografia. Na maior parte da graduação, quando trabalhei em áreas que não se relacionavam em nada com a educação ou o espaço escolar, o impacto era extremamente negativo. Um corpo exaurido pela carga horária extensa de um subemprego, encontra uma dificuldade maior nas suas rotinas de estudo, desempenho em atividades de extensão e pesquisa. Para além de deixar de viver grande parte da universidade.

11) Como foi conciliar as atividades do curso e os horários das disciplinas (Obrigatórias / Optativas) com suas atividades laborais?

- Difícil. Tive bastante ajuda de amigos que estavam na mesma situação.
- Quase impossível. Tive que conversar com os professores e com a minha chefia pra tentar um meio termo
- De certa forma se complementavam.
- Cansativo e desgastante. Cheguei a ser reprovado em uma das NEPEs, pois não consegui frequentar os encontros.
- Essa é a minha atual maior dificuldade.
- Foi quase impossível, a vida fica MUITO corrida e os dias parecem precisar de mais horas pra conciliar tantas atividades.
- Em grande parte não foi. Já passei por reprovações por atraso, falta. Mesmo tendo cumprido todas as atividades exigidas pelos docentes. Já ouvi de professores que o regimento da universidade quem delimita o número de presença mínima para a aprovação, mesmo sabendo que esse regimento reforça uma lógica de produção de um espaço excludente, segregador e que mantém o aluno trabalhador longe do espaço acadêmico.
- Impossível.

12) Faltou dinheiro para continuar? Caso sua resposta seja positiva, como você lidou com isso?

- Sim, no início da graduação não tinha noção nenhuma sobre as possibilidades de adquirir o auxílio. Assim, tive apoio de familiares.
- Dinheiro sempre foi um problema durante a formação. A remanejamento para as prioridades eram constantes como passagem e alimentação e xerox
- Não.
- Não.
- não, mas o dinheiro é necessário para que eu permaneça
- Sim. Abandonei um período e tranquei o curso para trabalhar.
- Sim, passamos por momentos de "aperto", no entanto fizemos redução de gastos e tive trabalhos esporádicos que ajudaram a superar.

13) Caso você tenha sido desistente, quais foram as principais causas que te levaram a evadir do curso?

- Não fui.

- Não fui desistente. Troquei a instituição no fim do curso para poder terminar e continuar trabalhando.

14) Caso você seja egresso, quais foram os maiores impactos profissionais que a conclusão do curso de graduação teve em sua vida pessoal e profissional?

- Formei-me durante a pandemia. Tive sorte de entrar no mercado privado com indicações de amigos. Aliás, só conseguia entrevista com as indicações. O mercado é fechado, escasso e desvalorizado.
- Mudança de cargo e aumento de salário
- Total. Minha vida era uma antes da graduação e outro após. A maneira de enxergar o mundo, e sobretudo qual a identificação com as causas sociais e a minha percepção sobre o meu papel na sociedade.
- Melhoria na qualidade de vida, uma vez que mesmo a docência tendo suas peculiaridades, não se compara a um trabalho braçal.

15) Essas mudanças abriram novas possibilidades no mercado de trabalho para você?

- Sim, tive mais conhecimento sobre o mercado de professores e concurso público.
- Sim
- De certa forma me engendraram apenas uma função que é lecionar.
- Por enquanto não
- A mudança de instituição na reta final me permitiu começar a trabalhar com educação ambiental e continuar estudando. Hoje, dentro da área da educação, consegui trazer para o segmento alguns alunos do curso de geografia do IM para a educação ambiental, alunos esses que também trabalhavam fora das suas áreas de formação/estudo.
- Sim.

16) Você gostaria de colocar alguma consideração que não foi contemplada por este questionário? Sinta-se à vontade.

- Tá perfeito.

## ANEXOS

### Anexo A - **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.**

**Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

Anexo B - **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

**DECRETA:**

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010



## Anexo C - TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
RURAL DO RIO DE JANEIRO**




**TERMO DE ANUÊNCIA  
INSTITUCIONAL - TAI**

Eu, **José Luis Fernando Luque Alejos**, na condição de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, manifesto a ciência, concordância e disponibilidade dos meios necessários para a realização e desenvolvimento da pesquisa intitulada “Os desafios na formação de estudantes trabalhadores da baixada fluminense no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar/UFRRJ.” na nossa instituição. A instituição assume o compromisso de apoiar a pesquisa que será desenvolvida por Renan da Silva Mendes, sob a orientação do(a) Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro, Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tendo ciência que a pesquisa objetiva compreender os principais desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores ao longo de sua formação no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A instituição assume o compromisso de que a coleta dos dados estará condicionada à apresentação do Parecer de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, junto ao Sistema CEP/Conep.

Atenciosamente,

Seropédica, 06 de Junho de 2024


Documento assinado digitalmente  
JOSE LUIS FERNANDO LUQUE ALEJOS  
Data: 15/06/2024 12:57:22 -0300  
Versão: 2.0.1 (https://repositorio.ufrrj.br/)

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada  
 (Nome completo e função do(a) dirigente institucional ou pessoa por ele(a) delegada)

Modelo baseado nas Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e 580/2018 e nas Cartas Circulares 0212/2010 e 122/2012 da Conep.